



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

SABINO TOBANA INTANQUÊ

Redenção - CE

2016



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

SABINO TOBANA INTANQUÊ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em
Humanidades da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de Bacharel.

Orientador:

Professor Doutor Carlos Subuhana

Redenção - CE

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

I48h Intanquê, Sabino Tobana.

História da Educação em Moçambique. / Sabino Tobana Intanquê. – Redenção, 2016.

51 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

Inclui figuras e referências.

1. Educação - Moçambique. I. Título.

CDD 370.4

SABINO TOBANA INTANQUÊ

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Redenção – CE, 08 de 12 de 2016

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Professor Doutor Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor Luis Tomas Domingos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUPLENTES

Professor Doutor Leandro de Proença Lopes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professor Doutor Maurílio Machado Lima Junior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico esta monografia ao meu querido pai Tchudona Intanquê (*in memoriam*) e à minha querida mãe Blete Bulna, aos meus estimados irmãos Reinaldo Lona Intanquê, Zelinha Intanquê, Suncar Ntiganhina Intanquê, ao meu tio Amadu Djalo, à minha tia Rute Maria Mendes e seus filhos, Alfocene Mendes Djalo, Ussainato Mendes Djalo, Fanta Mendes Djalo, Umu Aua Mendes Djalo.

Aos combatentes da libertação de Moçambique na pessoa de Eduardo Mondlane, aos jovens moçambicanos que estudaram na diáspora nos momentos da luta da libertação e que depois voltaram para contribuir para desenvolvimento do país, principalmente no setor da educação. Às mulheres lutadoras moçambicanas que contribuíram bastante para a formação e libertação de Moçambique.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus de forma profunda no meu coração pelo amor, saúde, sabedoria e oportunidade que me proporcionou, agradeço à minha mãe Blete Bulna de forma solene, merecedora pelos conselhos que me deu e pelos momentos difíceis na nossa família que conseguiu superar, o que faz com que esteja aqui hoje.

Os meus agradecimentos ao meu padrinho Wilson Tuna Tchudá e à minha madrinha Dalcy Cenia Lopes Vieira dos Reis Ié pela força e coragem que me deram e pela fidelidade que me provaram de terem feito parte da minha vida, aos meus tios Agostinho Bulna e Bumba Bulna, pela motivação.

Com enorme alegria e respeito, dirijo os meus agradecimentos de uma forma especial ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Subuhana pelos momentos que disponibilizou para a construção deste trabalho e pela paciência ao suportar as minhas dificuldades; agradeço o meu tio Alfa Djalo pela contribuição direta e indireta na minha vida escolar. Ao meu primo Mamadu Uri Baldé por me receber na sua casa durante os primeiros momentos aqui no Brasil.

Com o grande contentamento de realizar um avanço acadêmico, agradeço aos professores: Luís Tomás Domingos, Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, Sebastião André Alves de Lima Filho, Mario Henrique Castro Benevides e por último agradeço aos meus colegas, Samora Caetano, Besna Mané, Marceano Saúde Ndafá, Danilo Biaguê, Matilde Gomes (Ussai) e Jeremias Demba pelos momentos difíceis e emocionantes que passamos juntos e que nunca nos desuniram.

Dimónio bím perto d’El e falal: “Si abô e Fidjo di Deus, fala es pedras pa ê bida pon“.

Ma Jesus rispundil: “I sta scribido cuma i ca som de pon que ome ta vivi ma di tudo
palabra que ta sai na boca di Deus!”.¹ (Mateus 4:3)

¹ Chegando, então, o tentador disse-lhe: Se tu és filho de Deus manda que estas pedras se tornem em pães. Mas Jesus lhe respondeu: Está escrito: Nem só de pão viverá o home, mas de toda palavra que sai da boca de Deus.

RESUMO

INTANQUÊ, Sabino Tobana. **História da Educação em Moçambique**. Redenção, 2016. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2016.

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) tem como objetivo analisar o sistema educativo de Moçambique, discutir a educação no país antes e depois da chegada dos colonizadores portugueses e até os momentos atuais. O trabalho ainda visa compreender o avanço do sistema educativo de Moçambique que possibilitou o desenvolvimento do país na referida área, pois é sabido que a educação teve uma grande contribuição na formação do povo moçambicano e ajudou bastante a tomada de consciência, onde a educação se tornou prioritária para possibilitar uma revolução contra o jugo colonial. Falando da educação em Moçambique, é muito interessante relatarmos aqui, que devido ao empenho do Estado moçambicano, o setor da educação passou a ganhar um enorme avanço, alcançando os resultados esperados. Nesta ótica, este trabalho sinaliza os avanços que a educação deu a Moçambique, fazendo com que um número considerável da população passasse a ter o acesso à educação. Por outro lado, este trabalho enfatiza a importância que a educação teve em Moçambique durante a luta da libertação do país. Conclui-se, a partir do estudo, que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado para a educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico e educacional é maior, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a proclamação da independência (1975), pois conseguiu-se baixar os altos índices de analfabetismo herdados do colonizador.

Palavras-chave: Moçambique, educação, história.

ABSTRACT

INTANQUÊ, Sabino Tobana. **História da Educação em Moçambique**. Redenção, 2016. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2016.

The purpose of this paper is to analyze the education system in Mozambique, to discuss education in the country before and after the arrival of the Portuguese settlers and to the present moment. The work is still aimed at understanding the progress of the Mozambican education system that has enabled the country to develop in that area, as it is known that education has made a great contribution to the training of the Mozambican people and has greatly helped to raise awareness, where education has become priority to enable a revolution against the colonial yoke. Speaking of education in Mozambique, it is very interesting to report here, that due to the commitment of the Mozambican State, the education sector started to gain tremendous progress, achieving the expected results. In this perspective, this work signals the advance that education has brought to Mozambique, making a considerable number of the population come to have access to education. On the other hand, this work emphasizes the importance that education had in Mozambique during the struggle for the liberation of the country. It is concluded from the study that when education is converted into a priority through public state policies for education, the probability of achieving high levels of socioeconomic and educational development is greater, such as the achievements reached in Mozambique after the proclamation of independence (1975), because it was possible to lower the high rates of illiteracy inherited from the colonizer.

Keywords: Mozambique, education, history.

RÉSUMÉ

INTANQUÊ, Sabino Tobana. **História da Educação em Moçambique**. Redenção, 2016. TCC (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2016.

Ce de travail de conclusion de cours (TCC a pour but analyser le système d'éducation du Mozambique, pour discuter l'éducation dans le pays avant et après l'arrivée des colons portugais et à l'époque actuelle. Le travail vise à comprendre le progrès du système de l'éducation du Mozambique qui a permis le développement du pays dans ce domaine, car il est connu que l'éducation a eu une grande contribution à la formation du peuple mozambicain et a grandement contribué à la prise de conscience, où l'éducation est devenue priorité pour permettre une révolution contre le joug colonial. Parlant de l'éducation au Mozambique, il est très intéressant de rapporter ici, qu'en raison des efforts de l'Etat mozambicain, le secteur de l'éducation a dû faire un grand pas en avant et atteindre les résultats escomptés. Dans cette optique, ce document indique les progrès que l'éducation a donné au Mozambique, en faisant qu'un nombre considérable de la population ait passé à avoir accès à l'éducation. D'autre part, ce travail met l'accent sur l'importance que l'éducation a eu au Mozambique au cours de la lutte de la libération du pays. Il a été conclu de l'étude que, lorsque l'éducation est convertie en priorité par le biais de politiques publiques d'Etat pour l'éducation, la probabilité d'atteindre des niveaux élevés de développement socio-économique et éducatif est plus grande, l'exemple des réalisations au Mozambique tout après la proclamation de l'indépendance (1975), puisque on a réussi à réduire les taux élevés d'analphabétisme hérité des colonisateurs.

Mots-clés: Mozambique, l'éducation, l'histoire.

LISTA DE SIGLAS

AC - Ato Colonial

ANP - Assembleia Nacional Popular

BM- Banco Mundial

CNP - Comissão Nacional de Planeamento

DEC- Departamento de Educação e Cultura

DGE - Direção Geral da Educação

EP- Ensino Primário

EP1- Ensino Primário Primeiro Nível

EP2- Ensino Primário Segundo Nível

ESG1- Ensino Secundário primeiro Nível

ESG2- Ensino Secundário Segundo Nível

EUA- Estados Unidos de América

FMI- Fundo Monetário Internacional

FRELIMO- Frente da libertação de Moçambique

GEAE - Gabinete de Estudos e Ação Educativa

IMDES- Instituto Moçambicano de Dar Es Salam

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MI- Missão Católica

ONU- Organização das Nações Unidas

PEE-I- Plano Estratégico para Sector da Educação

PIDE- Polícia Internacional e da Defesa do Estado

PNE- Política Nacional da Educação

PRE- Programa da Reabilitação Económico

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

SNE- Sistema Nacional da Educação

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UEGM- Universidade de Estudos Gerais de Moçambique

ULM- Universidade de Lourenço Marques

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviética

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CÁPÍTULO I: MOÇAMBIQUE.....	27
I.I A geografia do país.....	27
I.II A população e grupos etnolinguísticos.....	28
I.II Moçambique antes da dominação colonial.....	29
I.IV Resistência, luta de libertação e independência de Moçambique.....	34
CÁPÍTULO II: A EDUCAÇÃO TRADICIONAL E A EDUCAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE.....	38
II.I. Educação tradicional.....	38
II.II EDUCAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE.....	39
II.II.I Herança colonial da educação em Moçambique.....	39
II.II.II Educação: a situação da educação moçambicana na época colonial.....	41
II.II.III Sistema de ensino.....	42
II.II.IV Os portugueses e a influência da sua educação em Moçambique.....	43
II.II.V Política da educação para Moçambique.....	44
CÁPÍTULO III EDUCAÇÃO NAS ZONAS LIBERTADAS.....	46
III.I O contexto da educação nas zonas libertadas em Moçambique.....	46
III.II As escolas primárias nas zonas libertadas.....	47
III.III As escolas secundárias.....	48
CÁPÍTULO IV. EDUCAÇÃO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	50
IV.I Os primeiros anos (1975-1981)	53
IV.II A implementação do Sistema Nacional da Educação (SNE) num contexto de conflito (1981-1992)	54
IV.III Educação após os acordos da Paz (1992)	58

IV.IV Educação e gênero.....	59
IV.V Desafios atuais.....	60
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

ANEXO I: Mapa de Moçambique

ANEXO II: Quadro da ilustração do desenvolvimento do ensino após Guerra Civil

“Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”. (SAMORA MACHEL, 1973)

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar e apresentar a história da educação em Moçambique nas suas três fases principais: educação tradicional, educação colonial e educação pós-independência. Na educação tradicional os anciões educavam os jovens tradicionalmente, inserindo os mesmos na sociedade. Esta educação tem uma grande importância na vida do povo moçambicano. Por sua vez, na educação colonial, os colonizadores portugueses usavam os seus sistemas de ensino para atender às suas demandas de mão-de-obra. Por fim, a educação pós-independência focalizou a educação com o intuito de constituir uma sociedade justa e progressista e de criar o ‘homem novo’, preocupado com o bem-estar do povo, que protegesse o povo e servisse os seus interesses, e com a capacidade de transformar o país e guiá-lo rumo ao progresso.

O trabalho tem como objetivos específicos compreender as estratégias utilizadas pela Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) para educar os jovens e conscientizar a população rumo à revolução contra o sistema colonial, no que se refere à importância da educação para a superação de quaisquer obstáculos; analisar o processo educacional de Moçambique antes e depois da tomada da independência e quanto à formação de jovens quadros para poderem assumir a liderança da república; refletir sobre importância da educação que levou à luta da libertação do povo moçambicano e sobre as dificuldades atravessadas durante este processo educacional em Moçambique.

Acreditamos que se trata de um trabalho de extrema importância, principalmente no que diz respeito à produção de conhecimento científico e à formação de recursos humanos, pois é por meio da educação que podemos mudar uma sociedade. É um trabalho de grande relevância científica, pois a pesquisa traz uma grande contribuição com um material teórico, em especial para os acadêmicos interessados no tema.

O interesse em abordar este tema se deve à necessidade de adquirir um conhecimento a respeito do mesmo. Uma das motivações que nos levaram a pensar em desenvolver as atividades de pesquisa que resultaram na elaboração deste TCC foi a necessidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, de uma forma direta e indireta, no setor da educação em Moçambique. Interessamo-nos, também, pelo referido tema pensando nas diretrizes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

Afro-brasileira (UNILAB), da qual fazemos parte, pensando na integração não só com os moçambicanos, como também com a realidade, através das informações obtidas.

Discussão teórica

A principal questão teórica deste TCC é a educação. Segundo Machava (2015), a educação é um fenômeno muito antigo, assim como a própria aventura da humanidade, daí que sempre que se fala do ser humano está subjacente uma forma de ver, de interpretar a realidade e de projetar o futuro. Grandes civilizações que marcaram a história do passado - a chinesa, greco-latina, egípcia, só para ilustrar, não tiveram escolas, pois, apesar de já possuírem a escrita, a divisão social do trabalho não havia ainda atingido um nível de complexidade que demandasse maior racionalidade na transmissão de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores específicos para o exercício profissional. Nessas sociedades, a educação e formação profissional eram grande responsabilidade da família, onde o pai se encarregava de transmitir o seu ofício a seus filhos. O filho do padeiro tornava-se padeiro, o do sapateiro não podia ganhar a vida de forma diferente se não sendo sapateiro e assim em diante.

Bolacha (2013), por sua vez, diz que a educação é um processo que vai influenciar o modo de ser, de pensar, de sentir e agir. Ela não é repetição de algumas informações estruturadas num manual. A educação fundamenta-se na aquisição de estratégias, conhecimentos, valores, habilidades que nos tornam mais humanos, cidadãos ativos de uma sociedade complexa. Educação significa o meio em que hábitos e costumes, valores e crenças de uma comunidade são transferidos de uma geração para outra seguinte sendo o fim último da mesma o desenvolvimento integral do ser humano. Ele vai se desenvolvendo num processo contínuo através de situações presenciais e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da vida.

A educação engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos desta, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade. De acordo com os momentos da vida, damos prioridade a um ou a outro dos diferentes espaços educativos, mas convém valorizar as relações de complementaridade que se criam entre eles, facilitar as transições complexas

duns para outros, a fim de criar uma verdadeira coerência educativa. (DELORS, 1996 *apud* MACHAVA, 2015).

Enquanto processo de sociabilização, a educação é exercida nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade. Nesse sentido, educação coincide com os conceitos de socialização, entre outros.

Nas aldeias dos grupos ‘tribais’ mais simples, toda a relação entre a criança e a natureza, guiadas de mais longe ou mais perto pela presença de adultos conhecedores, são situações de aprendizagem. A criança vê, entende, imita e aprende a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. São também situações de aprendizagem, aquelas em que as pessoas do grupo trocam bens materiais entre si ou trocam serviços e significados: na turma de caçada, no barco de pesca, no canto da cozinha da palhota, na lavoura familiar ou comunitária de mandioca, milho, feijão, nos grupos de brincadeiras de meninos e meninas, nas cerimônias religiosas, quer tradicionais, na igreja ou na mesquita, no campo de jogos (BRANDÃO, 1993 *apud* MACHAVA, 2015).

Para Gadotti (2012 *apud* MACHAVA, 2015, p.10), a educação é um fenômeno complexo, composto por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, enraizadas em culturas e filosofias diversas. A diversificação do fenômeno educativo e as mudanças que sofre das mais simples às mais radicais, de acordo com o grupo ao qual ele se aplica e se ajusta à forma considerada padrão pela sociedade, uma vez que toda educação implica necessariamente a transmissão de princípios e valores que configuram uma certa visão de mundo e de sociedade. O que explica a existência de muitas concepções e práticas educativas.

Tipos de Educação

Existem 3 (três) tipos de educação: educação não formal, educação informal e educação formal

Educação não formal

A educação não formal diz respeito à educação realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais, mas com certo grau de sistematização e estruturação (LIBÂNIO, 1999; CABANAS, 1991 *apud* MACHAVA, 2015). Caracteriza-se por ter objetivos de aprendizagem, mas acontece fora das instituições formais, não tem uma hierarquia rígida, nem uma estrutura cronológica estática. Enquadram-se nesta modalidade a educação integrada em atividades planejadas que não são explicitamente designadas como atividades de aprendizagem (em termos de objetivos, duração ou recursos), no entanto caracteriza-se pela intencionalidade por parte do aluno. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de progressão, podem ter duração variável e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. Trata-se de um conceito amplo, muitas vezes associado ao conceito de cultura. Daí a educação não-formal estar ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam adultos ou crianças.

Conforme Gadotti (GADOTTI, 2012 *apud* MACHAVA, 2015), a educação não-formal se constitui num conjunto de processos, meios, instituições, específica e diferencialmente desenhada em função de objetivos de formação e instrução explícitos que não estão diretamente dirigidos à concessão de grau, próprio do sistema educativo formal. Encontra-se vinculada, principalmente, a organizações não-governamentais, movimentos sociais, partidos políticos, igrejas, sindicatos, entre outros grupos, geralmente organizados em áreas onde o Estado se omitiu ou se absteve do seu papel e, muitas vezes, organizada em oposição à educação de adultos oficial.

A educação não formal é uma área mais diversificada e é um processo de educação, em outras palavras, de aprendizagem, ao longo da vida. Relembrando as diversas etapas de iniciação apresentadas tanto por Martinez (MARTINEZ, 2008 *apud* MACHAVA, 2015), como por Ciscato (CISCATO, 2012 *apud* MACHAVA, 2015), pode-se compreender melhor a sua extensão ao longo de toda a vida e a sua abrangência nas várias dimensões da vida humana. Nesse processo permanente de aprendizagem, em

muitos casos, não se estabelecem fronteiras muito rígidas entre o formal e o não-formal. Os currículos monoculturais etnocêntricos desprezam tanto o não-formal como o extraescolar, ao passo que os currículos interculturais, de perspectiva mais atual, reconhecem a informalidade como uma característica fundamental da educação. O currículo inter e transcultural engloba todas as ações e relações da escola: o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas e considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo (PADILHA, 2004). Daí que La Belle define a educação não-formal como “toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população” (LA BELLE, 1982, p.2).

Segundo Gohn (GOHN,1999 *apud* MACHAVA, 2015), a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas vezes associada à educação social, à educação popular e à educação comunitária. A educação não-formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo, como educação ao longo de toda a vida (conceito difundido pela UNESCO), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver.

Educação informal

A educação informal é o conjunto de todas as aprendizagens adquiridas e desenvolvidas nos contextos pessoais e sociais fora das instituições e sem seguir objetivos educativos. Como diz Barbosa, a educação informal não dá graus acadêmicos, não é sistematizada, nem é intencional, é espontânea, mas não deixa de ser educação (BARBOSA, 2007, p.40). Resulta das atividades da vida quotidiana relacionadas, como o trabalho, a família ou o lazer.

A educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural e que se desenvolve por meio das relações com os indivíduos (LIBÂNIO, 1999 *apud* MACHAVA, 2015). Não se trata de uma aprendizagem organizada ou estruturada em termos de objetivos, duração ou recursos, como menciona o CEDEFOP (CEDEFOP, 2008 *apud* MACHAVA, 2015):

Atualmente os avanços tecnológicos em todas as áreas da sociedade mudaram o entendimento que se tinha, o qual tende a aumentar, tendo em vista a existência de uma rede de informação e conhecimento portadora de imensa capacidade de transformação e multiplicação, a qual interfere diretamente no nosso cotidiano, chegando às redes virtuais e levando à expansão da informação e do conhecimento, eliminando barreiras geográficas e diminuindo distâncias.

Tradicionalmente o espaço de aprendizagem circunscrevia-se à sala de aula, laboratório, pavilhão, biblioteca, ou seja, ao espaço físico, mas com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, passamos a ter um espaço virtual de aprendizagem, indo este conceito além dos limites de tempo e de espaço, passando-se a uma aprendizagem baseada numa sociedade em rede e na valorização dos contextos locais e sociocomunitários.

Educação formal

A educação formal compreende instâncias de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos. (LIBÂNIO, 1999 *apud* MACHAVA, 2015). O que significa serem todas as práticas pedagógicas levadas a cabo por instituições escolares e acadêmicas, com uma estrutura hierárquica e organizada cronologicamente. A educação formal é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores do Ministério da Educação. (GADOTTI, 2012 *apud* MACHAVA, 2015).

Ela surge como resultado da complexificação da educação tradicional, com o passar do tempo e com o desenvolvimento dos feudos, o aparecimento da revolução industrial e o desenvolvimento do capitalismo. Em particular, as formas de produção foram se tornando mais complexas havendo a necessidade de profissionalização da mão de obra, isto é, a existência um controle sobre o processo de ensino e aprendizagem, como argumenta Brandão, ao afirmar que:

“A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação); cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores

especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor.” (BRANDÃO, 1993 *apud* MACHAVA, 2015).

Barbosa não vislumbra muita diferença no que se refere ao papel da educação e o papel da escola, sendo a escola uma das instituições reservadas exclusivamente para a educação, nas suas variadas modalidades, resultante da crescente complexidade do conhecimento disponível na sociedade. (BARBOSA, 2001 *apud* MACHAVA, 2015).

Na verdade, no contexto da educação formal, as escolas e a sala de aula deixaram de estar circunscritas ao espaço físico e às limitações presenciais. Já não é necessário que professores e alunos partilhem o mesmo espaço na mesma hora para que o diálogo educativo aconteça. Este espaço físico continua a existir, mas existe uma extensão, um hiperespaço virtual que cria novos ambientes, relações e dinâmicas de aprendizagem. Este novo hiperespaço educativo, no âmbito da educação formal, exige novos métodos e novas competências dos professores e uma nova organização curricular.

Este tipo de educação decorre num contexto organizado e estruturado (em estabelecimento de ensino/formação ou no local de trabalho) e é explicitamente concebido como aprendizagem (em termos de objetivos, duração ou recursos). É intencional por parte do aluno e, em geral, culmina na validação e certificação. (CEDEFOP, 2008 *apud* MACHAVA, 2015).

A educação formal inclui atividades realizadas num contexto organizado e estruturado, é concebida como aprendizagem, não apenas quanto aos programas escolares ou académicos, que permitem obter as principais qualificações nacionais (por exemplo, certificado de conclusão do ensino secundário, bacharelado, etc.), mas também quanto às atividades de educação e formação de curto prazo, conducentes a diversos tipos de certificados. Este tipo de educação tem como epicentro a escola.

Contudo, apesar da grande diversidade do fenómeno educativo, ela está presente no dia a dia de todas as pessoas, de modo formal, de modo não formal ou ainda na informalidade, no quotidiano do cidadão. Segundo Nova:

“A educação é feita na escola, formal e informal, a educação escolar e não-escolar, as atividades livres, lúdicas, tempos livres. Há uma grande confusão, porque a escola —transbordou, assumiu muitas missões, de tal maneira que os dois conceitos estão hoje quase confundidos. Sempre que surge um novo problema, é votada uma

nova lei no parlamento e esse problema é lançado para dentro da escola”. (NOVA, 2007 *apud* MACHAVA, 2015).

Pelos motivos já apresentados e outros, o papel e o espaço da educação escolar têm vindo a aumentar, levando a educação escolar a se sobrepor à educação não formal.

Material e métodos:

A metodologia usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica. Segundo Gil, a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *web sites*. (GIL, 2008).

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, *apud* GERHARDT, SILVEIRA, 2009)

De acordo com Gil, os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema. (GIL, 2007, *apud* GERHARDT, SILVEIRA, 2009)

Neste caso, para concretizar as normas para elaboração deste trabalho, que tem a sua fundamentação na base da pesquisa bibliográfica e de acordo com as argumentações dos autores acima mencionados, foram consultados artigos, livros, sites e manuais que tratam da questão da educação, principalmente em Moçambique. Durante a execução desta pesquisa foram percorridas cinco etapas, que são:

- 1ª. Identificação e seleção de materiais bibliográficos;
- 2ª. Leitura, resumos e fichamentos de materiais, com grande atenção na verificação dos materiais de formatos digitais;
- 3ª. Análise profunda das obras dos autores pesquisados e suas ideias centrais;
- 4ª. Elaboração da lista de palavras-chave que se tratam dos assuntos meramente relevantes a serem pesquisados com a finalidade de facilitar a pesquisa dos dados bibliográficos para a elaboração deste trabalho;

5ª. Análise cautelosa dos conteúdos dos materiais pesquisados para a elaboração das conclusões da pesquisa.

Por meio das bibliotecas, principalmente da UNILAB, foram consultadas matérias que abordam os conceitos que estão em conformidade com os assuntos pertinentes a este trabalho.

Este trabalho compõe-se de três partes: uma introdução, quatro capítulos e uma conclusão.

A introdução inclui os aspectos metodológicos que direcionaram a pesquisa, os elementos que justificam nosso estudo e a contextualização teórica.

O primeiro capítulo, ‘Moçambique’, é uma breve consideração a respeito da geografia, história e dos grupos etnolinguísticos do país.

No segundo capítulo, ‘A educação tradicional e a educação colonial em Moçambique’, mostramos que a educação tradicional é uma educação que se dá através de ritos de iniciação e de passagem e mencionamos sua importância na sociedade moçambicana e na formação tradicional do povo moçambicano. Já a educação colonial foi um tipo de educação cujo objetivo não era ajudar os moçambicanos a pensarem em desenvolver as suas capacidades intelectuais, mas sim atender à demanda da exploração da mão de obra colonial, sendo também uma educação de exclusão, à qual apenas uma minoria tinha acesso. Por outro lado, era uma educação que não ia além da inculcação nas mentes dos moçambicanos da civilização europeia, com o intuito de fazer com que os nativos fossem assimilados e rejeitassem suas próprias culturas e saberes.

O terceiro capítulo, ‘Educação nas zonas libertadas’ enfoca a educação nas zonas libertadas, que foi uma educação assumida pela FRELIMO na tentativa de eliminar a exploração e a violência. Foi um tipo de educação que se posicionava do lado oposto da educação colonial, assim como da educação tradicional. Foi um sistema de ensino que a FRELIMO implementou dentro e fora de Moçambique, concretamente nos países vizinhos, principalmente na Tanzânia, com o intuito de educar refugiados moçambicanos e seus filhos.

No quarto capítulo ‘Educação pós-independência’, discutimos a implementação do sistema de ensino em Moçambique no período após a independência e as dificuldades que o setor da educação enfrentou neste período, por várias razões.

CAPÍTULO I: MOÇAMBIQUE

I.1 A geografia do país

De acordo com Cambinda (2014), o nome Moçambique originou-se de Mussabin Mbiki, o filho do sultão Bin Mbiki, que era o habitante da ilha e com a chegada dos

portugueses, foi dado à região o nome de Moçambique. As terras moçambicanas foram povoadas nos primeiros momentos da humanidade por dois grupos que ocupavam a zona norte de Moçambique com as suas habitações e estes eram povos muito organizados. Tratava-se dos habitantes do reino de Monomotapa, que ocupavam Moçambique não integralmente e os suaíles, poucos numerosos.

A costa do país passou a ser o local de encontro, em termos de contato, de povos de muitas origens e várias culturas, principalmente os que saíam do norte da África, os povos da península arábica (os convertidos ao islã), os indianos e os chineses. O país referido, Moçambique, definiu-se entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude sul e os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude leste, ao sul do equador. As terras moçambicanas se estendiam na costa por cerca de 2.4701 quilômetros, banhadas pelo Oceano Índico, começando ao norte, na foz do rio Rovuma até o Sul, na Ponta do Ouro. A superfície total de Moçambique é de 799.380 quilômetros quadrados, dos quais a terra firme ocupa 786.380 e as águas interiores 13.000. Por isso, os quatro grandes vales fluviais de Moçambique estão divididos de uma forma horizontal, começando pelo do Rovuma, do Zambeze, do Save e do Limpopo e com andamento de águas de menor importância banhando de igual modo as escarpas do planalto. Sendo assim, os territórios de Moçambique limitam-se ao norte com a República Unida de Tanzânia (a antiga Tanganica), através de uma faixa a partir da foz do rio Rovuma até o rio Messinge e prolongam-se até o lago Niassa. A noroeste, Moçambique faz fronteira com Malawi e Zâmbia (a antiga Rodésia), ao sul e a sudeste Moçambique é limitado pela África do Sul (Província de Transval), a leste Moçambique é banhado pelo Oceano Índico e especificamente por sua porção entre a costa e Madagáscar, que constitui o canal de Moçambique. Por último, a oeste, faz fronteira com Suazilândia (Província do Natal) e Zimbábue (antiga Rodésia do Sul). Quando se deu o estabelecimento dos limites, chegou-se à divisão do território em onze províncias diferentes, de norte a sul, a estas províncias corresponderam os distritos coloniais, quando a região foi ocupada pelos portugueses: Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo província e Maputo capital.

I.II A população e grupos etnolinguísticos

A população moçambicana é estimada em cerca de 20.226.2946 habitantes (este foi o censo de 2007), 9.734.678 integrantes desta população são homens e 10.492.618 mulheres, com uma previsão de crescimento da população para 22,5 milhões em 2015. Nos anos de 1960 a população de Moçambique era de cerca de 6.518.000 habitantes e nos anos de 1970 deu-se um novo crescimento da população que passou a ser de 8.233.034 habitantes em semelhança com o censo de 1960. Nesta época, a população branca era de 97.268 habitantes. Nos anos de 1975, cerca de 20.000 portugueses passaram a viver em Moçambique, nessa altura de 20 a 30.000 habitantes eram indianos e 4.000 habitantes eram chineses, que se concentravam na Beira e também em Lourenço Marques e 0,5% da população eram mestiças e os negros constituíam 98% da população moçambicana.

Os dez (10) maiores grupos étnicos de Moçambique de origem bantu e as suas ocupações territoriais são:

- ✓ Os Suaíles, que ocupavam uma faixa do litoral começando do Rovuma até Angoche (ex- Antônio Enes);
- ✓ Os Maraves, que ocupavam a região de Tete e a região de Milange-Tocuané e uma área de margem leste de lago Niassa (Província de Niassa) estes eram constituídos por dois (2) subgrupos e treze (13) etnias;
- ✓ Os Macuas-Lomés, que ocupavam a região entre rios Lugenda e a linha férrea Morrumbala-Quelimane com dois (2) subgrupos e duas (2) etnias;
- ✓ Os Chopes, que ocupavam a região de Inhambane com três (3) etnias
- ✓ Os Chonas, habitavam em Manica e Sofala tinham um (1) subgrupo e quinze (15) etnias;
- ✓ Os Tsongas, viviam na região sul do rio Save com onze (11) etnias;
- ✓ Os Angunes, grupo étnico que vivia espalhado, ocupava uns pequenos núcleos em Maputo (ex-Lourenço Marques), na região de Xai-Xai (ex-João Belo), na província de Tete e Cabo Delgado formaram cerca de oito (8) grupos étnicos;
- ✓ Os Yaos, se espalharam ao norte do rio Lugenda;
- ✓ Os Macondes, viviam na região norte do rio Massalo e a leste de Ngomono, tinham cinco (5) grupos e, por último, os povos que viviam no baixo Zambeze, ao longo do rio Zambeze e estas zonas se situavam no interior das terras moçambicanas.

A língua portuguesa é a língua oficial de Moçambique e Moçambique é considerado um país com muitas variedades linguísticas, porque existem no país muitos grupos étnicos.

I.III Moçambique antes e depois da dominação colonial

Para entender a formação do Estado moçambicano, é muito interessante recorrer à história do próprio país, à sua política e às mudanças que o país sofreu. De acordo com Basílio (2010), Moçambique como um Estado passou pelo procedimento de um movimento revolucionário, que se uniu a outras forças, celebrou tratados com diferentes etnias e aliciou grupos que viviam espalhados por causa da dominação colonial portuguesa. Moçambique, como Estado, unificou homens de diferentes camadas da sociedade, homens cujas vidas eram organizadas através de leis, normas, tradições, valores línguas e saberes diferentes.

No princípio, a organização de Moçambique era enormemente influenciada por impérios e estados tradicionais muitos antigos, que foram desorganizados com a chegada dos colonizadores. Estes impérios e estados tradicionais eram baseados em clãs e estabelecidos através de contratos que as etnias faziam entre si. Moçambique, antes da dominação colonial, era estruturado jurídica e administrativamente e estabelecia acordos diplomáticos com outros estados, além de ter um sistema educacional enraizado na tradição e com uma identidade própria, juntava os homens no sistema de produção e lhes incumbia a responsabilidade da educação. Naquela época, a escolha do rei se fazia através do critério hereditário.

Desde o século VII os habitantes das regiões do norte e centro de Moçambique mantinham relações comerciais com os árabes, o que explica no momento atual a presença da cultura islâmica no país. Praticavam o comércio, que era uma das principais atividades econômicas que seduzia vários povos que viviam em outras regiões. No começo do século XV houve a penetração portuguesa na Ilha de Moçambique, esta penetração dos colonizadores nas terras moçambicanas originou uma enorme mudança política nos estados tradicionais que existiam no país e levou ao enfraquecimento do estado do Zimbábue e de igual modo levou ao fortalecimento do império de Mwenemutapa ou Monomotapa, que se estendeu pela região central de Moçambique. O comércio se desenvolvia tanto na região, que levou ao nascimento

forçoso de uma nova política, que privilegiava a garantia dos interesses das regiões em que portugueses e árabes faziam comércio de escravos, os quais eram levados para plantar cana de açúcar e trabalhar nas minas da África do Sul. Todavia, com o tempo, este comércio de escravos expandiu-se mundialmente, afastou as famílias e fez terminar os laços que uniam os clãs.

Os colonizadores portugueses aniquilaram as habitações, os reinos e os chefes destes reinos foram submetidos por autoridades portuguesas, o que lhes facilitou a dotar o país de uma forma fácil e esta dotação das terras moçambicanas e a aniquilação dos seus poderes levou ao término dos impérios, o país foi incorporado ao império português e tornou-se uma parte de Portugal na África. Nessa altura, os sistemas administrativos e educacionais de Moçambique passaram a ter uma dependência de Portugal. Os primeiros habitantes de Moçambique foram: o estado de Zimbábue, de Mwenemutapas, de Marave e o de Gaza, estes povos e os seus estados caracterizaram a história moçambicana.

Os estudos dos arqueólogos admitiam estabelecer a pré-história do país no começo do século IV com a penetração ou a fixação do povo bantu, estes povos não eram só agricultores, praticavam comércio para abastecimento das necessidades básicas das famílias, teciam laços sociais em torno da família e tinham um chefe que era reconhecido por todos. Os estados antigos se constituíam em reinos ou impérios e naquela época o Zimbábue foi o primeiro a nascer, a sua população falava a língua shona que até hoje é a principal língua do Zimbábue e também da região do centro de Moçambique principalmente nas províncias de Tete e Manica. Construíam muralhas com pedras onde habitavam, para poder se defender dos inimigos e estas muralhas eram chamadas de ‘madzimbabue’ o que deu a origem ao nome Zimbábue, o Zimbábue como um Estado, estendia-se da atual República de Zimbábue até Vilankulo na província de Inhambane, as guerras entre etnias levaram pouco a pouco à queda do Estado de Zimbábue, no começo da década de 1440.

Ao norte do rio Zimbábue alguns reinos pequenos transformaram-se em Império Marave, e o império Marave era de extrema importância para a fixação portuguesa em Moçambique, Marave estendeu-se até a região norte de Moçambique, por isso a população de Tete e do norte do país tem uma cultura comum. O Estado de Gaza foi o último antigo estado tradicional de Moçambique, foi fundado pelo general Soshangane, entre os anos de 1821-1858, o Estado de Gaza empreendeu várias

conquistas, o general Soshangane fez com que o estado de Gaza se tornasse um grande império em Moçambique, se estendendo da parte costeira do rio Zambeze até Lourenço Marques, atual Maputo. No ano de 1834, o reino de Gaza organizou um ato violento numa forma de resistência, que obrigou o afastamento dos colonizadores portugueses que viviam em Inhambane, com duros ataques e os portugueses se afastaram de Manica para Sofala, onde tinham enorme segurança, mas mesmo assim eles sofreram numerosos ataques. Os portugueses reconheciam o general Soshangane por sua coragem e resistência ao impedir a fixação portuguesa no país, ao mesmo tempo que recusava o comércio de escravos que os portugueses praticavam na altura.

Por outro lado, quando os colonizadores procuravam saídas para aumentar as suas forças e dominar os reinos pequenos que existiam na altura no país, fingiam ajudar evangelizando, o que levou ao fracasso dos conflitos étnicos e fracassou também a resistência ao colonialismo, enfraqueceram os estados e reinos tradicionais africanos, principalmente em Moçambique, justamente porque os colonizadores vieram a ter laços com os chefes dos reinos que existiam na altura. E um dos laços entre os colonizadores e os reinos, ou mais precisamente os chefes dos reinos, foi o batismo, principalmente quando o Mavura, chefe do império de Gaza, foi batizado, fato que incrementou muito a relação, em termos da diplomacia, entre Portugal e o seu reino. O Mavura se tornou um visto de entrada dos portugueses em Moçambique porque foi batizado, isso levou as suas relações a crescerem.

Entretanto, os colonizadores não usavam só a religião para acabar com os antigos estados na África, usavam também as suas forças armadas, as suas políticas e até os seus sistemas educacionais, que contribuía para esmagar os antigos reinos da África, em particular os reinos de Moçambique. Os colonialistas portugueses afirmaram com todas as suas forças que eram os donos de algumas terras na África, que são: Angola, Guiné-Bissau, Ilhas de Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No final do século XIX foram descobertos diamante e ouro na África do Sul, na província de Transval, a descoberta destas minas levou os britânicos e portugueses a entrarem em conflito e este conflito se deu quando estas duas potências queriam ter em suas mãos ou sob seu controle o porto de Lourenço Marques, o atual Maputo, para lhes permitir o escoamento dos produtos.

Como o conflito se agudizava, os portugueses não estavam aguentando, fato que os levou a mudar a capital do norte de Moçambique, que situava na Ilha de

Moçambique, concretamente na província de Nampula, para o sul, mais especificamente, para Maputo. E este conflito só foi ultrapassado quando houve a conferência de Berlim que teve lugar nos anos de 1884 e 1885, onde foram divididos os territórios africanos entre os europeus, ou seja, onde se deu a partilha da África. Por isso, no ano 1885, Moçambique passou a ser controlado pelos portugueses, mas nem com isso a resistência nativa contra o colonialismo arrefeceu e no ano de 1930 o ato colonial foi publicado, esse ato colonial formalizava as regras que orientavam o papel do Estado nas colónias portuguesas. Essa lei ou ato deu a posse aos administradores coloniais e lhes possibilitou a formação de exércitos pequenos denominados ‘sipaios’ e recenseamento da população, para poderem-na controlar através dos impostos que cobravam, ao mesmo tempo que fundaram os ‘tribunais privativos dos indígenas’ e estabeleceram a Igreja Católica como sendo instrumento primário para ‘civilizar’ os indígenas. Desde a chegada dos portugueses às terras moçambicanas, Moçambique passou a perder os seus poderes, ficou sem os seus direitos, que foram ‘roubados’ pelos colonizadores, nessa época a história de Moçambique não era reconhecida por causa das ideologias que os europeus enfatizavam no país.

Os portugueses desembarcaram pela primeira vez em Moçambique no século XV, no ano de 1498 no rio Inhambane, Quelimane e Ilha de Moçambique, e estes colonizadores eram comandados pelo navegador Vasco da Gama. Os portugueses adentraram o solo moçambicano com a finalidade de fazer comércio com os nativos e com as pessoas que se encontravam no país, finalidade essa que veio prosseguir até a exploração da mão de obra e a escravatura. Segundo Basílio (BASÍLIO,2010, p.37), os principais Estados e/ou Reinos existentes em Moçambique antes da presença europeia eram: os estados de Zimbabwe, de Mwenemutapa, de Marave e de Gaza.

Podemos destacar as principais etapas da colonização de Moçambique: período do ouro: XIV-XVII, período do marfim: XVII-XIX e período dos escravos: XVII-XIX. (COPALOP, 2016).

Na era do ouro, que se estendeu do século XIV ao XVII, os colonizadores portugueses se estabeleceram na zona litoral de Moçambique, num primeiro momento como mercadores e com o tempo voltaram a se estabelecer como colonizadores eficazes. Este estabelecimento começou no litoral da região de Sofala no ano de 1505 e

depois estendeu-se para a Ilha de Moçambique no ano de 1507; em 1530 e 1537, os portugueses chegaram ao vale de Zambeze onde formaram Sena e Tete e, ao mesmo tempo, no ano de 1544 formaram Quelimane. Nos anos de 1607 alcançaram o reino de Muenemutapa, alcançando também todas as minas de ouro que se encontravam naquele momento no território. Nos anos de 1693 ocorreu uma série de revoltas nas minas de ouro e isso levou os mercadores a abandonarem a fabricação do ouro e ficarem mais interessados no marfim, o que ficou conhecido por período do marfim, que ocorreu do século XVII ao XIX.

O período do século XVII ao XIX foi definido também como período dos escravos, pois nessa época o interesse por escravos era maior do que o interesse por ouro ou marfim. Isso foi entre os anos de 1750 e 1760, prosseguindo até 1836. Os franceses compravam os escravos para utilizá-los no cultivo da cana de açúcar e café nas Ilhas Mascarenhas e no Índico e com o tempo, estas pessoas escravizadas passaram a ser enviadas para o Brasil, São Tomé, Cuba, América do Norte, Comores e Madagáscar.

Nas largas partes do território moçambicano, os colonizadores usavam sistemas de companhias para poder se estabelecer e deste modo conseguiam se estabelecer em 2/3 do território. Mesmo assim, os colonizadores portugueses não conseguiam administrar, dominar ou ocupar Moçambique na totalidade. Por isso, em 1892 à companhia de Moçambique foi dado o poder de administrar o país. Esta companhia compreendia uma área de 134.822 km² limitada entre o rio Zambeze (norte e noroeste) e o paralelo 22° (sul) e entre o Índico (este) e a Rodésia do Sul (oeste). Esta concessão durou cerca de 45 anos (1897-1942).

Como direitos, a Companhia de Moçambique explorava os territórios, assim como a população que estava no seu domínio. A exploração ocorria através do comércio, pesca, impostos, mão-de-obra barata, através de vias de comunicações, estradas, pontes e caminhos de ferro.

Como dever a companhia tinha a obrigação de pagar 10% dos dividendos distribuídos e 7,5% dos lucros líquidos totais, manter a sua sede em Lisboa, manter o estatuto de companhia portuguesa e entregar os territórios ocupados no fim de contrato. (COPALOP, 2016). Durante muito tempo da exploração surgiram outras companhias, como a companhia de Niassa (1891), 2ª companhia, que explorava e administrava as

zonas que ocupavam e depois surgiu nos anos de 1892 a 3ª companhia, está também ocupava as zonas de Chire, Niassalandia, Zumbo e Luenha, chegando a perder o direito devido à sua fragilidade.

O sistema de administração colonial tinha uma garantia concreta, porque alargou-se em toda zona do território e as enormes companhias que vieram a ter imensos interesses em comercializar no país, Moçambique, fortaleceram o governo colonial português nas zonas que lhes tinham sido dadas para administrar e os colonizadores portugueses administravam de uma maneira direta ao sul de Moçambique, onde, por ser a zona da mão de obra, lhes era propício cultivo da cana de açúcar e a exploração das minas no país vizinho, a África do Sul.

I.IV Resistência, luta de libertação e independência de Moçambique

Passados muitos anos de exploração, escravatura e de demais sistemas que os colonizadores implementaram na altura em Moçambique, os próprios nativos de Moçambique, os que viviam dentro ou fora do país, decidiram pôr fim às práticas coloniais vigentes de igual modo, para que pudessem obter uma plena liberdade, como ocorrera em vários países colonizados, principalmente no continente africano.

Sendo assim, o primeiro acordo entre várias organizações que questionaram o poder colonial foi celebrado a 2 de julho de 1962, em Acra (Gana), levando à constituição da Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO), movimento reconhecido desde logo por vários países africanos. (AFONSO; MARTELO, 2011, p.3). A FRELIMO tinha predominância étnica e regional, por isso nela se verificava a fragilidade. Eduardo Mondlane foi escolhido para dirigir a Frente como sendo presidente. Ele tinha uma formação superior em Ciências Sociais e Humanas, daí a facilidade de lidar com questões ligadas à diversidade etnolinguística e cultural. Eduardo Mondlane vivia nos Estados Unidos de América (EUA), país onde estudara antropologia e sociologia e onde passou a trabalhar na Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1961, tendo sido depois professor na Universidade de Siracusa e com as suas ideias libertadoras, no ano de 1962 resolveu dar o seu esforço para a luta da libertação de seu país, Moçambique. Foi nesta época que foi nomeado para realizar o 1º congresso da Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Dar-es-Salam, no mês de setembro do ano 1962, congresso que ajudou muito a organização da Frente no

que diz respeito à preparação para o início da luta, embora já nesta altura existissem muitas desavenças étnicas e muitas contradições. Desde 1961 a FRELIMO, com sede na Tanzânia, recebia ajudas dos países parceiros, como os Estados Unidos de América, o Egito, o Marrocos e a China. Na verdade, Eduardo Mondlane não dirigiu a FRELIMO com tranquilidade, porque ocorriam divergências entre dirigentes, principalmente entre os que saíram da zona Sul de Moçambique e os que foram recrutados na zona Norte.

Como mostramos anteriormente, no início dos anos de 1964 verificavam-se muitos conflitos entre os próprios moçambicanos, principalmente na Frente, mas até essa altura não tinha dado início à luta de libertação do país. Como a FRELIMO recebia apoio de vários países, estes treinavam militarmente os moçambicanos, principalmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China, saíram secretamente e chegaram a Moçambique, onde iniciaram a criação das bases de Cabo Delgado e de Niassa. Aí estavam sendo dados os primeiros sinais de uma provável revolta militar.

A luta pela independência de Moçambique foi organizada pela Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) e essa luta teve início no dia 25 de setembro de 1964 com uma invasão do tipo militar de guerrilha a um posto de administração colonial, que se situava em Cabo Delgado, “a 10 km da fronteira da Tanzânia, levado a efeito por um destacamento de 12 guerrilheiros, sob o comando de Alberto Chipande” (AFONSO, MARTELO; 2011, p.3). Com o início da luta, a FRELIMO já anunciava à população as vantagens da luta, para que surgisse uma aderência ao movimento.

No primeiro combate, em 1964, houve muitas perdas humanas. Como sabemos, fazer uma luta exige ter um domínio das táticas para poder lutar. Nessa época a FRELIMO não se preocupava tanto em definir as táticas para lutar, estava mais interessada em resolver questões de união do povo. Mondlane, antes mesmo de conseguir resolver essa questão, surgiu uma polêmica entre ele, como presidente da Frente na altura e Lázaro Kavandame que representava grupos étnicos que viviam no Norte do país. “Este conflito só veio a resolver-se com a morte de Eduardo Mondlane, assassinado em Dar-es-Salam em 3 de fevereiro de 1969 por uma encomenda armadilhada (ação levada a efeito pela PIDE, polícia portuguesa) e a consequente entrega voluntária às autoridades portuguesas de Lázaro Kavandame, receoso de ser acusado do assassinio do presidente” (AFONSO; MARTELO, 2011). Os exércitos portugueses não percebiam a extensão do combate da FRELIMO, só entenderam quando a Frente lhes impossibilitou de entrar nas principais localidades de

Moçambique. Por outro lado, o exército português veio a fracassar devido às lutas que enfrentava em outros países do continente africano, como a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Os portugueses não tinham como sustentar essas lutas com um número muito reduzido de contingentes no exército. Nos primeiros momentos da luta de libertação de Moçambique a FRELIMO não tinha solucionado os problemas que se verificavam no seu seio, “o que só conseguiu em 1969, com a chegada de Samora Machel a presidente do movimento e a ascensão definitiva ao poder dos quadros mais conscientes dos objetivos nacionalistas.” (AFONSO; MARTELO, 2012 p.5). Neste momento o exército colonial que se encontrava no território moçambicano não conseguiu impossibilitar as ações dos guerrilheiros de Moçambique.

No dia 25 de junho de 1975 Moçambique passou a ser um país independente, alcançando a independência através de uma negociação entre a FRELIMO e Portugal. Esta negociação teve lugar no dia 7 de setembro de 1974 e a independência de Moçambique ocorreu depois da revolução dos cravos em Portugal, no dia 25 de abril de 1974, que originou a queda do regime salazarista, então prosseguido por Marcelo Caetano, mas nunca deu efeito porque a comunidade internacional apoiava e motivava os movimentos que lutavam contra o colonialismo. Depois de muitos anos da luta contra o colonialismo, finalmente Moçambique tornou-se independente e o seu povo afastou-se do domínio colonial português. Com a independência dos países africanos, apareceu uma ideia nas mentes dos líderes africanos na altura, que era de organizar o Estado de uma forma moderna, de organizar as suas histórias que foram destruídas por colonialistas. Moçambique é um destes países, que depois da sua independência, depois de afastar os colonizadores, os dirigentes na altura, no caso a FRELIMO, empenhou-se com competência para reorganizar o Estado moçambicano, no que era considerado como o ponto focal, o sistema político adequado para essa reorganização do Estado em termos da economia, em termos da própria sociedade moçambicana e em termo das suas culturas. A FRELIMO também se preocupou em realizar o sonho moçambicano da unidade nacional. De acordo com Basílio: “a FRELIMO organizou Moçambique obedecendo aos critérios da modernidade. O Estado moderno exigiu a criação e a consolidação de instituições políticas e sócio econômica”. (BASÍLIO, 2010, p.69). Realizando este sonho levou o Estado moçambicano a criar a constituição da república no mesmo ano da sua independência (1975), como se sabe a constituição é um material que dá legitimidade a uma nação ou a um Estado soberano.

CAPÍTULO II. A EDUCAÇÃO TRADICIONAL E A EDUCAÇÃO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

II.1 Educação tradicional

A ‘educação tradicional’ é uma educação sem sistematização científica, ensinada através de ritos ou cerimônias de iniciação. Esta educação está a cargo dos anciões (e anciãs) para a sua organização e ministração e através dela os jovens são ensinados a

organizar as suas vidas na aldeia ou na sociedade, sendo que meninos e meninas recebem esta educação separadamente, respeitada a diferença de gênero.

De acordo com Subuhana (2001) a educação tradicional tem como objetivo fazer os jovens se tornarem membros da sociedade com *status* ativo, reconhecidos como adultos e responsáveis. Para as meninas, esta educação tem como objetivo ensinar-lhes a respeitar e obedecer os mais velhos e o marido, por outro lado, para os meninos não é só necessário ensinar-lhes a respeitar e obedecer, mas também a ser responsáveis como homens e aprender como ser pai ou chefe de família e aplicar a lei à esposa.

Vale ressaltar que, no momento atual, esta educação é de grande importância na vida de algumas pessoas, principalmente as que vivem nas zonas rurais e que não têm a oportunidade de ter outra educação, mas também esta educação tem grande valor nas zonas urbanas e na vida das pessoas alfabetizadas. Segundo esta maneira de educar os jovens, o poder colonial preparou um tipo de ensino de maneira alternativa, além ou equivalente à educação tradicional de 1780, com a intenção de criar o sistema de ensino moderno da Europa, porém dentro de seus objetivos de formar a mão de obra através da alfabetização, para satisfazer o desenvolvimento do colonizador e de igual modo assegurar o direito de dominação nos territórios coloniais.

II.II Educação colonial em Moçambique

II.II.I Herança colonial da educação em Moçambique

Na era colonial, a maioria dos africanos que viviam nas colônias não tinha a possibilidade de ingressar no sistema da educação básica e secundária, não lhes era permitido se matricular nas escolas que os brancos e assimilados frequentavam. Existia uma enorme diferença entre escolas de nativos e escolas de brancos e assimilados, na escola dos nativos, se ministrava a chamada educação indígena e estas escolas eram

orientadas pelos missionários, de preferência católicos. O Estado ou os institutos privados administravam as escolas dos brancos e assimilados.

Mazula (1995) afirma que nas zonas onde se encontravam numerosas populações da colônia, principalmente nas zonas rurais, as missões religiosas eram encarregadas do ensino e para que funcionassem essas escolas, o Estado português repassava recursos para as missões e assim sendo, o sistema de ensino das missões era oficial. Segundo o ato colonial de 1930, as crianças africanas seriam educadas inicialmente em um ‘sistema de educação rudimentar’, que era uma educação simples. Em 1962 esta educação passou a ser chamada de ‘ensino de adaptação’, com uma duração de três anos, após os quais, automaticamente, as crianças com menos de treze anos de idade eram aceitas para ingressarem no ‘sistema formal da educação primária’ por três anos, nos quais estes alunos se preparavam para poder ingressar no ensino secundário, denominado liceu.

De acordo com Subuhana (2005), em 1954, apenas três mil (3.000) de cento e oitenta mil (180.000) alunos matriculados no sistema de educação rudimentar fez a prova de aceitação, mas só dois mil e quinhentos (2.500) destes alunos conseguiram aprovação. O sistema de educação para os filhos dos colonizadores europeus e assimilados era estruturado da seguinte maneira: as crianças europeias e assimiladas começavam a estudar de uma forma direta através do ensino primário com a duração de quatro anos e possibilitava-lhes entrar no ensino secundário, liceu. Desta forma, pode-se afirmar que a educação em Moçambique na era da colonização estava estruturada em três momentos: educação rudimentar destinada principalmente aos africanos, que abrangia o ensino primário e secundário, em seguida o ensino técnico, que era ministrado nas escolas de artes e ofícios e por último as escolas comerciais e industriais que estabeleciam o fim da educação formal.

A maneira como era composto ou como funcionava este sistema de educação, impedia várias pessoas que viviam na colônia, diríamos, a maioria, de entrar na escola, o que originou a elevada taxa de analfabetismo em língua portuguesa. Na década de 1970, pouco anos faltando para a independência, 90% da população da colônia era analfabeta. O sistema colonial usava uma política no sistema de ensino que era de diferenciar as pessoas que viviam na metrópole das que viviam na colônia. As pessoas que viviam na colônia tinham certos limites para ingressar na educação e ainda por cima, era um esforço para ingressar em escolas que lhes inculcavam a noção da

importância da metrópole, desta forma, os raros alunos africanos que conseguiam acesso a esta educação, eram tirados do que se chamava de ‘estado selvagem’ para uma ‘civilização’, segundo o ideário destas escolas metropolitanas, imbuídas da grande arrogância da cultura portuguesa com a estimacão cristã e do trabalho, enquanto que as escolas que os africanos frequentavam, eram constituídas em função do aproveitamento econômico e da religião da metrópole.

Até a década de 1960, Portugal não tinha priorização em expandir o sistema de educação na colônia. De acordo com Eduardo Mondlane (apud SUBUHANA, 2005), no ano de 1963 existia trezentos e onze escolas (311) primárias em Moçambique e estas escolas tinham vinte e cinco mil e setecentos e quarenta e dois (25.742) alunos e só 20% destes alunos que eram africanos, e no ensino secundário, em 1963, os alunos africanos tinham ainda a menor percentagem, o que significava 6% dos três mil (3.000) alunos matriculados. De igual modo, o sistema educacional não chegava em várias regiões de Moçambique e existia irregularidade na distribuição das escolas, pois muitas escolas eram concentradas nos distritos de Inhambane e Lourenço Marques, no sul de Moçambique. Quando os movimentos independentistas reagiram, nos anos de 1960, o governo português foi levado a investir e disponibilizar os recursos para a educação.

DE acordo com Subuhana (2005), na década de 1962, foram lançadas as bases para a fundação da primeira Universidade da Província de Moçambique, essa instituição que em 1968 ascendeu ao estatuto de Universidade de Lourenço Marques e de 1976 até à atualidade passou a ser chamada de Universidade Eduardo Mondlane. Os esforços dos movimentos independentistas levou à possibilidade para as pessoas, principalmente para os africanos, de ter acesso à escola, pois estas pessoas tinham muita dificuldade para ingressar na escola devido às seguintes razões: as escolas custavam muito e até as escolas da educação rudimentar eram cobradas, os alunos pagavam os estudos prestando alguns serviços na escola. As práticas que o sistema colonial impôs aos africanos levou a educação tradicional, que as famílias e comunidades praticavam, a não se tornar uma regra, de igual modo aconteceu com a educação colonial, que levou a educação tradicional a sofrer um abalo, em virtude dos novos valores que foram trazidos através da luta de libertação, mas em última instância, estes valores foram também os valores culturais do povo de Moçambique.

II.II.II Educação: a situação da educação moçambicana na época colonial.

Como salientou Eduardo Mondlane, os europeus e os americanos sempre tiveram o hábito de conceber todo pensamento humano como proveniente do espírito colonial. Em particular a África à qual nunca foi atribuída qualquer contribuição para o desenvolvimento humano, sempre foi olhada como fechada e completamente atrasada, tendo sido trazida para a corrente do desenvolvimento em virtude da invasão europeia. (MONDLANE, 1995, *apud* SUBUHANA, 2005).

Nas terras que os portugueses colonizaram, a educação para os nativos africanos tinha dois objetivos: educar uma população que atuaria como mediadora entre Portugal e a colônia e colocar no africano educado por eles a atitude de submissão à colonização. As escolas para os africanos eram um meio de alargamento da língua portuguesa e de sua cultura, a ideologia dos colonizadores portugueses era a disponibilidade de um mecanismo para educar os africanos para que falassem uma só língua, que é a língua portuguesa e aceitassem o cristianismo com todo o amor e igualmente para fazê-los agir de maneira nacionalista, como os portugueses que viviam na metrópole.

Para poder atingir os seus objetivos, o governo de Portugal fez um decreto que salientava que toda a população deveria falar só a língua portuguesa e essa língua deveria ser ensinada nas escolas africanas, as línguas africanas seriam usadas como meios facilitadores para o ensino da língua portuguesa. Com o decorrer do tempo, os colonialistas portugueses conseguiram atingir os seus objetivos e alguns africanos começaram a desrespeitar suas próprias línguas, culturas e tradições. Por outro lado, estas pessoas não sabiam ler e escrever a língua portuguesa de uma boa forma, porque não foram ensinadas para ter essa habilidade.

Chegando à conclusão de que para atingir a unidade política, deve-se passar pela unidade moral, a religião passou a ter uma enorme importância na educação dos africanos. Entre as religiões existentes na altura, a constituição de Portugal mencionava o catolicismo como a religião preferida, a transmissão da religião católica na África foi encorajada por Salazar e onde as missões católicas foram estabelecidas, predominou privilegiadamente entre as outras religiões, como plataforma para estabelecer o catolicismo como religião nacional e meio específico para a ‘civilização’.

II.II.III Sistema de ensino

As normas do ensino nos países que os portugueses colonizaram, segundo Subuhana (2005), foram estabelecidas a partir da década de 1930, por meio da promulgação da Lei nº 238, de 15 de maio de 1930.

Havia duas camadas no sistema de ensino nas terras colonizadas pelos portugueses:

- 1) as escolas que a missão católica de Roma dominava com o principal objetivo de ensinar aos africanos a educação primária;
- 2) o sistema de ensino mais avançado que era reservado para brancos, asiáticos e assimilados.

De acordo com a teoria dos colonizadores, esta educação tinha o objetivo de ajudar os africanos a se tornarem ‘civilizados e portugueses’. A educação que os portugueses implementavam na altura em Moçambique não era adequada, não só por causa do pequeno número de africanos que frequentava estas escolas, mais também pela forma como ensinavam estas pessoas, afastada da necessidade de Moçambique. Os colonizadores não reconheciam os métodos da educação indígena ou a educação tradicional que existia. No ano de 1962, quase no início das guerras de libertação na África, o governo português fundou a Universidade de Estudos Gerais de Moçambique (UEGM) que foi a primeira instituição de ensino superior do país, com cursos de medicina, agronomia, floresta, ciências veterinárias, mineração, engenharia civil, elétrica e química. Nos anos de 1980 quando essa universidade passou a ser chamada de Universidade de Lourenço Marques (ULM) obteve o departamento de matemáticas aplicadas, física, química, biologia e geologia, a explosão da guerra levou à expansão da Universidade com cursos de filosofia romana, história, economia e engenharia metalúrgica. Esta Universidade destinava-se a instruir os filhos e filhas dos colonizadores portugueses e com o tempo, o governo português enfatizou o não-racismo, o que levou alguns africanos a se assimilarem e alguns desses conseguiram ter acesso ao ensino superior.

Entre 1960 e 1970 havia apenas 40 moçambicanos negros, menos de 2% de todos os estudantes que conseguiram entrar na Universidade Lourenço Marques. Até a proclamação da independência em 1975, o Estado moçambicano com suas indústrias,

seu comércio e mesmo a universidade permaneceram em total dependência dos portugueses.

II.II.IV Os portugueses e a influência da sua educação em Moçambique

A grande preocupação dos primeiros portugueses que penetraram o solo moçambicano foi de incentivar a educação, colocando-a como um dos meios mais importantes para o avanço econômico e social. Nesta primeira viagem, quando chegaram a Moçambique, além da difusão do cristianismo, os missionários também se dispuseram a ensinar os nativos a ler, escrever e desenhar alguns ofícios. No início, sistema educacional se desenvolveu nas zonas rurais, com o tempo devido à evolução, várias escolas governamentais foram fundadas principalmente nas zonas onde havia maior concentração populacional, mas as escolas missionárias se encontravam nas zonas rurais.

Naquela época, a educação ou ensino, dependia da Direção Geral da Educação (DGE) do Ministério Ultramarino, no qual havia um órgão de consulta, o Gabinete de Estudos e Ação Educativa (GEAE). A obrigatoriedade da educação e instrução foi comunicada às famílias pela constituição política, segundo a qual a família tinha deveres de educar e instruir, dentro de seu recurso e sua faculdade, para que cada pessoa se tornasse benéfica para sociedade, mostrando assim o valor da educação. A função das famílias era de dar impulso à educação, o que levou a constituição a formalizar esse dever, estipulando que as escolas primárias, complementares, médias, superiores e centros de investigação científica fossem sustentados pelo Estado. Era permitida a utilização das línguas locais nas escolas primárias, como meio para facilitar o ensino da língua portuguesa.

Na colônia, a educação e ensino público entendiam que o ensino para indígenas tinha a finalidade de fazer os indígenas se assimilarem, as missões católicas eram meios para estimular a relação entre portugueses e os nativos. Cada ano os estabelecimentos missionários cresciam bastante e de igual modo crescia a catequese nos lugares onde tinham se multiplicado as missões.

Na altura, crescia mais o número de missionários e seus auxiliares do que o de alunos, destarte, mais do que a melhoria dos estabelecimentos escolares, já que as

escolas que os indígenas frequentavam eram bastante simples, os colonizadores portugueses aproximavam-se dos indígenas para torná-los novos portugueses, para servirem através das atividades escolares e fundarem novos países.

II.II.V Política da educação para Moçambique

Ao discorrer sobre a política da educação que os portugueses implementavam em Moçambique, é interessante também falar sobre como procediam os impérios que dominavam o continente africano: Bélgica, Grã-Bretanha, França e Portugal.

A segunda metade do século XX foi o momento em que Portugal buscou a maneira de estabelecer as normas de educação nas suas colônias, por isso, no ano de 1946, foi publicado o primeiro decreto sobre a educação.

A educação nas colônias estava se desenvolvendo de uma forma vagarosa, isso mostra bem claramente que a intenção dos portugueses era de ‘civilizar’ os indígenas, explicitando um entendimento de que os indígenas não devem só assumir o costume dos trabalhos, mas sim de fazê-los, serem bons portugueses, educados, já que a educação passou a ser um meio facilitador para a domesticação dos indígenas. Este caso nos indica a incoerência do sistema da educação colonial, que tinha a intenção de criar mais escolas para indígenas, para assim torná-los portugueses, o que levou à obrigação de estabelecer sistemas educacionais nas colônias para poder formar os intermediários, que interpretariam a cultura dos colonizadores.

Da maneira que o colonialismo penetrou sem respeitar a cultura moçambicana, a atitude do colonialismo e a sua política levaram à assimilação dos indígenas. Nesta época, como foi mencionado, no sistema colonial português em Moçambique, a educação não estava só sob a responsabilidade do Governo Colonial, mas também sob a responsabilidade das Companhias Majestáticas, principalmente nas áreas das suas competências. Nesse caso, as missões católicas ficavam com a responsabilidade de educar, evangelizar e ‘civilizar’ a população nativa de Moçambique.

O começo do século XX pode ser entendido como a chance da chegada da educação às colônias, devido à proclamação da República, que aconteceu em 1910 e que tinha como finalidade a liberdade e a democracia. Vários problemas se verificavam na metrópole, tais como: o alto índice de analfabetismo, que deu origem à entrada

obrigatória das crianças entre sete a dez anos de idade na escola, a resistência à mudança, a crise econômica e a própria atitude deste sistema. Isso levou à afirmação de que as colônias não eram territórios portugueses. O Estado novo, na busca de maior influência sobre suas colônias no continente africano, privilegiou a educação como um dos importantes meios de marcar presença nestes territórios, *vide* o Ato Colonial (AC), que atendia a necessidade de expandir as escolas primárias do Estado e as Missões Católicas (MI) que tinham o papel muito importante em expandir as escolas para que os indígenas pudessem ingressar no sistema de alfabetização.

O sistema de educação que os colonizadores estabeleceram na época tinha a finalidade de fazer os indígenas se assimilarem, passarem a ter o espírito português e se afirmarem como portugueses com grande orgulho e segundo a moral cristã.

CAPÍTULO III. EDUCAÇÃO NAS ZONAS LIBERTADAS

III.1 O contexto da educação nas zonas libertadas em Moçambique

A partir do ano de 1962, o movimento nacionalista que liderou a luta pela independência de Moçambique, a FRELIMO, Frente da Libertação de Moçambique,

assumiu a responsabilidade de introduzir um conceito inovador na educação moçambicana. O sistema de educação que a FRELIMO desejou era tão diferente da educação tradicional quanto adversário da educação colonial.

Para findar a violência, a submissão e a marginalização, a FRELIMO buscou sempre inserir um ensino moderno e científico em Moçambique, que favorecesse a libertação do povo moçambicano. Para que todas as populações pudessem participar na construção de uma sociedade justa, a FRELIMO elaborou este sistema de educação na Tanzânia e foi aplicado para educar as crianças e jovens combatentes moçambicanos que se tinham refugiado no território vizinho, onde aderiram à luta pela libertação. No decorrer da luta de libertação, as amplas áreas do norte do país, mais precisamente a atual província de Cabo Delgado, as chamadas zonas libertadas foram conquistadas pela Frente ficando estas zonas sob sua administração.

No ano de 1972 atuavam 160 escolas primárias nas zonas libertadas onde soldados e estudantes ensinavam quase vinte mil (20.000) crianças, durante os dez anos em que ocorreu a luta de libertação de 1964 a 1974, foram testados os novos aspectos para a educação nas zonas libertadas, vinculando a teoria à prática, aprendizagem à produção, assim como também à luta contra o sistema colonial. Este processo de educação tinha como objetivo formar o ‘homem novo’ que iria ser introduzido na sua cultura real com a capacidade de modificar a sociedade para o bem de todos. Desde o início, a FRELIMO percebeu que para que houvesse sucesso na luta de libertação e para que as vidas das populações das zonas libertadas fossem transformadas, era muito preciso priorizar a formação dos quadros, por isso, Samora Moisés Machel que passou a assumir a presidência da FRELIMO sempre enfatizou várias das vezes que era importante “[...] fazer da escola uma base para o povo tomar o poder”.

III.II As escolas primárias nas zonas libertadas

Quando a FRELIMO libertava uma zona em Moçambique, a sua primeira ação era de abrir novas escolas primárias e organizar a alfabetização e a educação dos adultos. Desde a fundação da FRELIMO em 1962, o movimento lutou de acordo com seus programas que visavam acabar com a educação e a cultura dos colonizadores, para

poder desenvolver a educação e a cultura em prol da libertação do povo de Moçambique. Nesta época, as escolas cresciam numericamente nas zonas libertadas, o caráter estrutural e superestrutural eram duas características que justificavam o surgimento dessas escolas e esta ação era para fazer com que as pessoas pudessem ter uma nova maneira de pensar, de sentir e de agir que possibilitasse a organização da produção, assim como do consumo e melhorasse as condições de existência do povo moçambicano.

As visões e costumes tradicionais dificultavam essa iniciativa da criatividade, mas foram colocadas em debates. A transmissão do conhecimento científico era ainda elementar (simples) para ajudar a implementação de novos métodos de trabalho para o aumento da produção, além de ajudar a satisfazer a alta necessidade da guerra.

Em outro contexto, o aumento e expansão do conflito militar levou o exército popular a necessitar de ferramentas como a leitura, a escrita o cálculo, essenciais para a utilização das armas modernas e para habituar-se a uma estratégia especial. Por esse motivo houve o surgimento de várias escolas debaixo das árvores, devido à falta de condições e à situação do conflito, na qual não podiam existir escolas com construções fixas, porque poderiam ser alvos de ataques colonialistas. Estas escolas eram chamadas ‘centros pilotos,’ além dos estudos, os alunos passavam também várias horas diariamente na produção agrícola e no artesanato, construía abrigos e alfabetizavam adultos, os seus alimentos provinham da caça e da criação de animais e existia um acordo de ajuda que ocorria através da troca de produtos e de serviços entre a escola e os habitantes, a preparação militar era dada aos professores e alunos de acordo com suas idades, preparando-os para poder enfrentar as situações de guerra. Existia somente a diferença de um ano de escolaridade entre professores e alunos e como era necessária a instrução educacional, a FRELIMO aplicou um método que enfatizava a obrigatoriedade, para quem estudava, de ensinar quem não começara a estudar ainda.

Até 1968, não existiam os manuais que serviam para que os professores pudessem orientar as suas aulas, era um trabalho muito difícil e esta situação só foi resolvida com o surgimento de cursos de formação e de preparação, os que tinham mais experiência davam a explicação aos outros professores sobre conteúdos, objetivos e métodos de cada lição do mês seguinte e isso acontecia nas reuniões de distritos e no final das reuniões aqueles mais influentes explicavam aos outros os assuntos abordados e em seguida todos eles debatiam os assuntos políticos, militares e sociais de acordo

com ponto de vista de cada. A ‘iniciativa criadora’ era chamada em causa para enfrentar a dificuldade, os alunos também não tinham cadernos nem livros, um pedaço de madeira escura substituía o quadro, a mandioca seca ficava no lugar do giz e os mapas geográficos eram desenhados no chão.

III.III As escolas secundárias

A FRELIMO recebia apoio dos países amigos, sobretudo Argélia, China e Tanzânia para formação dos seus quadros no domínio militar e no domínio da educação, isso ocorria por meio de bolsa de estudos principalmente em muitos países da Europa ocidental, em países socialistas e também no Instituto Moçambicano, fundado no ano de 1963 em Dar es Salam (Tanzânia). O referido instituto desejava cobrir e resolver o problema da diferença que se verificava entre a formação dos jovens de Moçambique e o nível que os liceus da Tanzânia exigiam e também entre os cursos médios e superiores de outros países. A FRELIMO determinava que os estudantes do Instituto fossem passar férias cada ano durante um mês nas zonas libertadas, onde compartilhavam os distintos momentos do cotidiano da comunidade camponesa, além de trabalharem na produção, na alfabetização dos adultos e transportarem alimentos e materiais de guerra.

Esta decisão que a FRELIMO tomara tinha como objetivo fazer com que os estudantes conhecessem o fato real do seu país, que era produzir e lutar pela libertação do país. Esta norma permaneceu para os estudantes da escola secundária de Bagamoyo, fundada para substituir do Instituto Moçambicano um ano e meio depois de seu fechamento em 1968. A relação de força nem tanto favoreceu a inovação e a democracia nos centros da educação da FRELIMO, em determinados momentos, alguns comportamentos e valores criaram uma barreira ao projeto da FRELIMO, entre vários conflitos constatados no sistema educacional do país, principalmente o conflito que ocorreu nas instituições de educação de Dar es Salam em 1968, que pode ser considerado um dos mais graves, no qual 160 estudantes se envolveram. Estes jovens estudantes combatiam a prática da obrigatoriedade de participação nas atividades da produção, educativas e militares no período das férias nas zonas libertadas, fizeram manifestações contra as práticas racistas dos professores brancos.

Estes estudantes julgavam naturalmente que os camponeses eram as pessoas que deviam produzir e combater enquanto eles somente estudar, estes seus pensamentos

eram de que eles é que assumiriam o rumo do país com a tomada da independência. A FRELIMO entendia que se estes estudantes ficassem longe do povo de Moçambique nos seus processos de formação, quando viessem a se tornar dirigentes do país iriam governar contra o seu próprio país e não a favor do país. Os pensamentos destes jovens estudantes não favoreciam a ideologia da FRELIMO, estes estudantes exigiam a divisão dos quadros militares, quadros políticos e quadros militares, os que iriam dirigir e os que iriam ser dirigidos.

De acordo com essas suas intenções, os analfabetos e os camponeses só deveriam servir no combate e deveriam ser dirigidos por estudantes. Para pôr fim a este conflito, em 1968, a FRELIMO e a sua direção decidiram fechar o Instituto.

Depois de um ano e meio, em Bagamoyo, foi aberta uma nova escola secundária, na qual existia a ligação entre estudo e produção e também a ligação com a vida do país.

CAPÍTULO IV. EDUCAÇÃO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Neste capítulo o nosso interesse é descrever como se implementou o sistema de ensino em Moçambique após a independência, pois nos ajuda na compreensão do projeto da mudança e reformas da educação. Segundo Uaciquete (2010), com a obtenção da independência do país em 1975, Moçambique se deparou com uma

estrutura patrimonial do sistema colonial, tanto material como humana, assim como, também, com uma educação que foi implementada nas zonas libertadas.

Na área da educação, o país deparava com a insuficiência das instituições escolares e com a falta dos professores e técnicos para atuarem nesta referida área. O autor citado afirma que durante muitos anos, vários moçambicanos não frequentaram a escola por razões decorrentes do sistema colonial, baseado na discriminação, por este motivo, depois da independência, houve a expansão das escolas que se deu através das iniciativas das populações e através das campanhas de alfabetização feitas no país.

Segundo Uaciquete (2010), no setor educacional, por meio do Governo de transição, muitas ações foram levadas a cabo para discutir o sistema educacional, tais como:

- ✓ Seminário de Beira (dezembro de 1974 a 1975);
- ✓ Reunião de Macuba (abril de 1975);
- ✓ Seminário Nacional de Alfabetização (abril de 1975);
- ✓ IIIª Reunião do MEC (julho de 1979);
- ✓ Seminário Nacional da Língua Portuguesa (outubro de 1979);
- ✓ Seminário Nacional de Ensino de Matemática (maio de 1980).

Estes momentos foram considerados como momentos de esforço por parte da FRELIMO, nos quais o povo foi mobilizado para a construção das escolas e onde a FRELIMO retirou todas as matérias de ensino que não estavam ligadas às ideologias da Frente e introduziu outras matérias de ensino, destacando-se a história e a geografia de Moçambique.

Outras mudanças que foram vistas na área da educação foram as mudanças dos mecanismos de gestão e administração de funcionamento das escolas, alterações dos currículos escolares e uma participação ativa da população na escola. Muito embora, apesar de todos os esforços feitos para garantir uma boa educação que o país necessitava tanto, o país se deparava com vários problemas no que refere à cobertura da rede escolar, falta de materiais didáticos, péssima condição da educação e outros problemas que afetavam o setor.

Neste contexto, algumas ideias foram consideradas como prioridades de um momento recente que necessita de uma árdua batalha para conquistá-las. Essas

prioridades foram ilustradas da seguinte maneira: criar uma sociedade nova e um ‘homem novo’ com a capacidade e mentalidade livre, capaz de ser independente da ajuda estrangeira, organizar uma nova nação com o sistema do Estado novo equiparado às nações modernas, desenvolver uma economia com a base na agricultura e indústria. Chegar a estas metas, levaria Moçambique a se tornar um país moderno com uma sociedade moderna.

De acordo com o Relatório publicado pela AfriMAP (2012), após a independência em junho de 1975, na área da educação, o padrão que a FRELIMO adotou se baseava no padrão utilizado nas zonas libertadas. O referido padrão de ensino se coloca nos seguintes parâmetros:

- 1) o ensino tem que funcionar com os seus próprios recursos;
- 2) todas as pessoas devem aprender e ensinar;
- 3) fazer uma conexão entre a teoria e a prática;
- 4) lutar contra o tribalismo, racismo e nepotismo;
- 5) fazer uma ligação entre a educação, produção e a comunidade;
- 6) tornar a escola um meio democrático.

De fato, depois do país conquistar a sua independência, o governo de Moçambique escolheu a área da educação como um meio possível para o desenvolvimento do país, muito embora muitas políticas estabelecidas pelo governo da FRELIMO não tivessem êxito, porque se verificava a falta das infraestruturas, muitas reformas foram feitas, mas nem assim o governo era centralizado e este momento foi marcado pelo conflito armado, na qual houve a destruição das infraestruturas escolares, o que originou o impedimento do desenvolvimento da qualidade educacional de Moçambique.

Num discurso proferido na 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC), em 1973, Samora Machel afirma que a educação deveria preparar os moçambicanos para assumirem a nova sociedade e as suas exigências.

“A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana, que sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências

de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática.” (MACHEL, 1973)

Ainda segundo Samora Machel (1973), os moçambicanos deveriam adquirir uma atitude científica, aberta, livre de todos os pesos da superstição e tradições dogmáticas. Deveria ser criada uma nova atitude na mulher, emancipá-la na sua consciência e comportamento e ao mesmo tempo inculcar no homem um novo comportamento e mentalidade em relação à mulher. O desenvolvimento do processo dependeria das novas gerações.

“Pela primeira vez na nossa história há crianças, há jovens, que crescem fora do colonialismo, fora das tradições dogmáticas. Há uma geração, a primeira, que se forma ao calor da revolução. É esta geração que nos próximos anos será chamada a prosseguir a tarefa que iniciamos. Eles são o viveiro donde sairá a planta selecionada, que fará triunfar definitivamente a revolução. A este nível a missão dos professores e quadros da educação é extraordinariamente delicada. Porque eles, como nós, cresceram e formaram-se no mundo antigo, ainda trazem em si muitos vícios e defeitos, muito individualismo e ambição, muitos gostos corruptos e superstições, que são nefastos e podem contaminar as novas gerações. Os professores e quadros da educação devem comportar-se como o médico, que antes de se aproximar do doente na sala de operações se desinfeta, se esteriliza, a fim de não infectar o paciente.” (MACHEL, 1973)

Segundo Uaciquete (2010), Samora Machel pensava na educação, fundar escolas novas, ampliadas, esta educação dever-se-ia basear na valorização dos trabalhos manuais, como sendo ponto chave do conhecimento, fazer uma ligação entre ensino e trabalho de produção social. Estas ideias tinham como objetivo incutir nos alunos um pensamento de trabalho desde o início da sua carreira estudantil, em seguida, ajudar os alunos a ter uma consciência de que os seus trabalhos deveriam ultrapassar a produção de subsistência, buscando uma produção de grandeza econômica, que a modernidade exige. Da maneira como foi esboçada antes, a FRELIMO se preocupava em criar coisas novas até o ‘homem novo’ em contraposição à sociedade tradicional e ao sistema colonial, mas esta intenção originou um choque entre a dita modernidade enfatizada pela FRELIMO e a tradição e o colonialismo.

Hoje em Moçambique, o sistema de ensino está estruturado da seguinte forma:
a) escolas pré-primárias, que abarcam as crianças com menos ou igual a seis anos de idade. Essas escolas são jardins infantis e creches; b) a educação escolar, abrange o

ensino geral, ensino técnico profissional e educação superior. A educação escolar inclui as formas especiais de ensino, que são: educação especial, educação vocacional, alfabetização e formação de professores. Os dois níveis da educação compõem o ensino geral, englobando o ensino geral e o ensino secundário.

O ensino primário corresponde a sete anos de escolaridade com subdivisão em duas partes, EP1 (Primeiro nível de ensino primário) da 1ª a 5ª classe e EP2 (Segundo nível do ensino primário) da 6ª a 7ª classe. O ensino secundário corresponde a cinco anos de escolaridade com subdivisão em dois períodos, o primeiro período, ESG1, da 8ª a 10ª classe e o segundo, ESG2, que vai da 11ª a 12ª classe. Por outro lado, o ensino técnico profissional correspondente ao EP2, ESG1 e ESG2 do ensino geral, relacionado ao nível elementar básico e médio.

IV.I Os primeiros anos (1975-1981)

O primeiro governo de Moçambique depois da independência, em meio a outros objetivos, almejou a construção de uma economia independente e também a promoção do avanço social e cultural de Moçambique.

Desde o primeiro momento da independência, a área da educação foi considerada o fator principal para o desenvolvimento do país e a concretização da democracia popular. O aparelho judicial do novo Estado de Moçambique, a chamada Constituição da República de 1975, considerou o acesso à educação um dever e direito de toda a população, na qual o Estado assumiu o papel de promover as condições necessárias para que todos moçambicanos pudessem ter esse direito.

Após mais de dois meses de independência, com a responsabilidade do Estado em expandir o acesso à educação para moçambicanos, o governo acabou com o funcionamento de ensino privado no país e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) passou a ter a responsabilidade de executar e organizar as políticas educacionais. O governo e os próprios moçambicanos se esforçaram bastante para a construção de um Moçambique próspero, onde foi registrado um enorme progresso em direção a melhores níveis de educação nos primeiros momentos depois da independência.

Nos anos de 1975 a 1981, houve avanços importantes na área da educação, em 1975 havia 600.000 crianças e jovens frequentando as escolas, em 1980, quando foi

feito o recenseamento nacional pós-independência, esse número subiu para 2,3 milhões de crianças e jovens frequentando as escolas e o número percentual das meninas, que nos anos de 1975 era de 35%, nos anos de 1980 subiu para 43%. As campanhas para alfabetização da população ajudaram bastante na redução da taxa de analfabetismo, em 1970, de 90% se reduziu para 70 %, em 1980, 84% correspondia às mulheres e 55% aos homens. As mudanças na área da educação não aconteceram só através da expansão ou mudança dos conteúdos de ensino, mas também na maneira como sistema foi administrado, com a participação de um número significativo da comunidade.

Depois da independência, muitas dificuldades abalaram o país, muito embora com tantos esforços feitos pelo governo e funcionários públicos, com a obtenção da independência, o país foi abandonado por técnicos portugueses o que originou crises por falta de pessoas qualificadas. O governo tinha o objetivo de expandir em nível do país as experiências obtidas nas zonas libertadas, mas este objetivo sofreu impacto porque houve a mudança da conjuntura, o movimento da libertação passou a ser partido-Estado, o referido movimento não continuou resolvendo somente os problemas de um grupo restrito de pessoas que compartilhavam as mesmas ideias, mas sim passou a tratar das questões de milhares de pessoas com ideias diferentes e um território vasto.

IV.II A implementação do Sistema Nacional da Educação (SNE) num contexto de conflito (1981-1992)

Os primeiros momentos depois da independência foram considerados como momentos de voluntarismo e de pouca planificação, que abrangiam vários setores do país, e devido às dificuldades ou falta de pessoas qualificadas e falta de reorganização do aparelho do Estado, cada área funcionava quase sem depender das demais áreas, embora dando seguimento à política básica da FRELIMO. O governo tinha conhecimento de que era importante fazer um planejamento para o desenvolvimento das suas próprias políticas da governação, donde, em 1977, foi instalada a Comissão Nacional de Planeamento (CNP) que coordenaria os trabalhos dos diferentes ministérios.

De acordo com AfriMAP (2012), na área da educação, em 1981 ocorreram às primeiras iniciativas tomadas para uma planificação a nível nacional, isto aconteceu devido à aprovação dos princípios e objetivos gerais de sistema nacional de educação.

As normas da política da educação concentravam-se na democratização do ensino e na sua articulação com as políticas do desenvolvimento nacional e foi reafirmada a importância da educação para o progresso econômico e social, onde alguns objetivos foram estabelecidos, tais como:

- ✓ Acabar com o analfabetismo e oferecer acesso ao conhecimento científico à toda a população;
- ✓ Inserir a obrigatoriedade da escola consoante o desenvolvimento do país, como sendo o fator de garantia a educação básica para os jovens de Moçambique;
- ✓ Formar os professores profissionalmente conscientes e educadores, com uma nova e vasta organização política, ideológica, pedagógica e científica com capacidade de educar outras pessoas através dos conceitos socialistas;
- ✓ Formar cientistas e especialistas bem qualificados para possibilitar o desenvolvimento da pesquisa científica consoante o que o país necessita.

As normas pedagógicas estabelecidas tinham como objetivo o desenvolvimento dos alunos através da educação, incluindo a modificação do país, estas normas eram para orientar a futura organização do Sistema Nacional da Educação em nível do país, que foi aprovado pela Assembleia Nacional Popular (ANP) através da lei quadro em 1983.

A área da educação teria uma estrutura de cinco subsistemas de acordo com as normas do Sistema Nacional da Educação, que são:

- ✓ Educação geral;
- ✓ Educação de adultos;
- ✓ Educação técnico-profissional;
- ✓ Formação de professores;
- ✓ Educação superior.

Existiam quatro níveis, que são:

- ✓ Primário;
- ✓ Secundário;
- ✓ Médio
- ✓ Superior.

O subsistema da educação geral foi estruturado em Ensino Primário (EP) que tem duração de sete classes, ou com a duração mínima de sete anos, cinco anos para 1º grau (EP1) e dois anos para 2º grau (EP2), e Ensino Secundário Geral (ESG) com a duração de cinco anos e com subdivisão de dois períodos, o primeiro período que vai da 8ª à 10ª classe (ESG1), o segundo período que vai da 11ª à 12ª classe (ESG2). Muitas normas administrativas e regulamentares foram adotadas com o estabelecimento do Sistema Nacional da Educação, no qual a escola passou a ser obrigatória até 7ª classe.

O SNE proibia a discriminação e exigia a garantia de acesso à formação sem considerar a cor da pele, sexo, religião ou raça, exigia também a existência da igualdade de oportunidade para toda a população de Moçambique. O Sistema Nacional de Educação procurava estabelecer uma nova fase da educação no país, possibilitando a diminuição do analfabetismo e dando ao povo o acesso ao conhecimento científico, para possibilitar o seu desenvolvimento, mas como já foi dito, o governo enfrentava várias dificuldades para estabelecer o seu programa na área da educação, no que diz respeito à democratização do ensino e suas estruturas, como por exemplo aconteceu nos primeiros momentos da independência em que o governo tinha objetivos ambiciosos, mas por outro lado existiam muitas dificuldades de caráter financeiro, as escolas em si e a disponibilidade de professores de qualidade. Os recursos existentes, muitas vezes não eram utilizados de uma boa forma e não existia uma gestão financeira de qualidade profissional. (AfriMAP, 2012)

As dificuldades socioeconômicas que Moçambique enfrentava após a independência, os governos racistas e minoritários da África do Sul e da Rodésia somavam-se às pressões para desestabilizar o país. O governo da FRELIMO era considerado marxista-leninista e o apoio que a FRELIMO recebeu dos outros movimentos de libertação de outros países, principalmente na África, não tiveram êxito nestes dois países vizinhos de Moçambique.

A Rodésia do Sul (atual Zimbábue) desempenhou papel importante na criação de movimento de guerrilha para prejudicar o governo da FRELIMO, este movimento que veio a ter apoio do governo do *apartheid* da África do Sul com a queda do regime separatista da Rodésia, esse conflito deu origem à guerra civil, o movimento existente ou apoiado pelos esses dois países vizinhos transformou-se em Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), em oposição ao regime da FRELIMO, recebia

financiamento externo e era apoiado por diversas áreas da sociedade moçambicana que não se contentavam com as políticas ideológicas da Frente.

O conflito armado entre estas duas forças políticas, FRELIMO e RENAMO, causou duras perdas ao país na área da educação, houve grandes problemas, sobretudo com a destruição das infraestruturas escolares. Nos anos de 1981 a 1987, 50% das escolas primárias, 13% da rede escolar secundária, 22,5% dos centros de formação de professores e muitos centros de alfabetização da população adulta fecharam, o deslocamento de milhares de pessoas para as zonas urbanas, em busca de segurança, levou ao esvaziamento das escolas de várias regiões de Moçambique. No ano de 1992, só restava 1,2 milhão de alunos do ensino primário, número igual ao que existia em 1983. Este conflito teve consequências sofridas ao longo das últimas décadas, muito embora o conflito não fosse responsável por todas as consequências sofridas pela área da educação, pois nem todas as regiões do país sofreram igualmente as consequências da guerra, como o centro do país, Zambézia, Sofala e Tete. Por outro lado, muitas políticas públicas estabelecidas pelo governo para o funcionamento do Estado tiveram consequências negativas, como por exemplo o futuro reajustamento da estrutura dos advogados pelo FMI e Banco Mundial (BM) e a expansão da área da educação. O governo continuou de modo centralizado o sistema herdado do sistema colonial e continuou com escassez de quadros para fiscalizar as ações que estavam na fase de implementação dos níveis considerados mais baixos da administração pública, existindo um impacto na formação de professores. No ano de 1987, alguns anos depois da independência, quando o país aderiu ao BM e ao FMI, estas organizações internacionais orientaram o governo a estabelecer o Programa da Reabilitação Económica (PRE), que levou em consideração a alteração funcional do aparelho do Estado e também a alteração da sociedade. Os efeitos da guerra causaram impacto nas várias áreas importantes do país, principalmente na área da educação, onde o governo cortou gastos públicos e estes cortes afetaram a área da educação, pois estas verbas que foram cortadas, passaram a ser encaminhadas para a reabilitação dos efeitos gerados pela guerra civil.

Quando se deu o fim da guerra civil, no domínio da PRE, os novos acordos políticos em termo das estratégias de desenvolvimento e da prestação efetiva de serviços públicos foram assinados e estes acordos estabeleceram as bases para a construção do quadro legislativo e constitucional da área da educação.

IV.III Educação após os Acordos da Paz (1992)

No ano de 1990 com o fim da guerra civil, uma nova constituição foi anunciada, a Constituição da República de Moçambique, onde o monopartidarismo deu o espaço ao multipartidarismo, no qual os valores do socialismo democrático foram trocados e o país adotou os valores da democracia liberal.

Os acordos da paz foram assinados em Roma, capital da Itália em 1992 e em 1994 foram organizadas as primeiras eleições multipartidárias. A mudança do sistema foi seguida do processo de modernização e reforma das áreas públicas e subsequentemente de mudanças na área da educação. O Ministério da Educação em diálogo com os seus parceiros internacionais, que estavam ajudando bastante o país, lançou um plano-diretor para o ensino técnico e geral em 1994 e neste plano, alguns pontos foram estabelecidos como prioridades:

- ✓ Descentralizar as escolas e suas gestões, os governos das províncias devem passar a tomar decisões em gestão e controle das escolas;
- ✓ Inserir as línguas locais ou línguas maternas nos materiais escolares;
- ✓ Apropriar os métodos do ensino com a realidade dos professores;
- ✓ Dar incentivo ao setor privado da área da educação.

Foi publicada pelo governo a sua Política de Educação em 1995, que estabelecia os objetivos da área da educação, suas prioridades, a sua organização e seu modo de funcionar. Em seguida o governo estabeleceu um plano estratégico para a área da educação focado na prioridade, constituindo então a Política Nacional da Educação (PNE). Depois de novas discussões com os parceiros internacionais, em 1997, o governo apresentou o seu Plano Nacional para o Setor da Educação, este plano além de ajudar a coordenar e planejar a médio-prazo as atividades, ajudou também por ser um meio tão benéfico para o encaminhamento da ajuda externa, no sentido de apoiar a área de educação do país. Em 1997 foi apresentado o Plano Estratégico para o Setor da Educação (PEE-I), que abarcou o período de 1999-2005, neste plano, o Ministério da Educação reforçou sua concordância com os pontos prioritários estabelecidos no Plano Nacional da Educação, que destacavam o aumento do acesso à educação para o povo moçambicano, a melhoria da qualidade da educação e o desenvolvimento das instituições educacionais.

Com o fim da guerra civil, a área da educação se desenvolveu principalmente com o esforço que foi dado na reabilitação das infraestruturas e instituições educacionais, as escolas afetadas pela guerra, principalmente as escolas primárias e secundárias, foram reabilitadas, houve aumento de professores qualificados em nível das escolas primárias e secundárias em todo o país, o índice da desistência baixou e o número das meninas aumentou nas escolas e foi reorganizado o sistema de alfabetização e educação de adultos.

Ano	Homens				Mulheres			
	1997	2002/2003 3	2004/2005 5	2008	1997	2002/2003 3	2004/2005	2008
15–19	39%	27%	24%	22%	59%	48%	44%	37%
20–24	40%	36%	30%	22%	68%	61%	57%	52%
25–29	40%	36%	38%	29%	68%	61%	65%	62%
30–34	36%	30%	34%	33%	75%	68%	66%	64%
35–39	36%	30%	32%	36%	75%	68%	72%	68%
40–44	48%	35%	28%	30%	86%	82%	73%	63%
45–49	48%	35%	32%	33%	86%	82%	81%	74%

Fonte: **RGPH97**, **IAF** 2002/2003, **IFTRAB** 2004/2005, **MICS** 2008. As percentagens foram arredondadas. Em 1997 e 2002-2003, as faixas etárias usadas eram 20-29, 30-39 e 40-49, e, portanto, as percentagens foram repetidas.

IV.IV Educação e gênero

Desde muito tempo o governo de Moçambique colocou na sua agenda a igualdade de gênero, o governo retificou vários acordos internacionais e africanos de direitos humanos enfatizando o gênero, o governo também unificou a questão do gênero e da promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres nas principais ações de planeamento da política e planos estratégicos.

O Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014 confere a prioridade à proteção da mulher e da família, em 2009, foi aprovada pelo governo a Estratégia do Gênero na Função Pública para 2009-2013 onde foram ressaltados alguns pontos principais:

- ✓ Princípio de integração de gênero, que estabelece a igualdade de gênero orientando todas as ações estratégicas e políticas do governo;
- ✓ Princípio de igualdade, realçando a igualdade de direitos e mesma oportunidade;
- ✓ Princípio de não discriminação, que estabelece que nenhum funcionário deve ser prejudicado ou beneficiado de qualquer direito por causa do seu gênero;
- ✓ Princípio da equidade de gênero, que trata da distribuição justa dos benefícios por funcionários e funcionárias;
- ✓ Princípio de dignidade, onde o assédio de qualquer forma deve ser evitado no local de trabalho tendo em vista a garantia de um bom ambiente de trabalho;
- ✓ Princípio da conciliação de trabalho-família, a ligação do direito humano ao trabalho e do direito humano à formação da família.

O Programa Quinquenal estabeleceu ainda que para o desenvolvimento da área da educação o governo procurará:

- ✓ Priorizar o gênero no ensino primário;
- ✓ Promover o acesso das meninas na educação e formação técnico-profissional;
- ✓ Autorizar a Política de Acesso ao Ensino Superior levando em consideração a questão do gênero.

IV.V Desafios atuais

Muito embora se verifique o desenvolvimento no setor da educação nos últimos anos, pode-se reconhecer que o referido setor ainda enfrenta vários problemas, até então existe baixa taxa de escolaridade no ensino secundário e superior, o país enfrenta ainda as baixas taxas de conclusão, a desigualdade de gênero, as deficiências nas infraestruturas, a baixa qualidade de educação, falta de recursos humanos, estes e outros pontos não citados aqui são os problemas que a área da educação enfrenta em Moçambique.

Entre outras dificuldades urgentes que a educação enfrenta podemos citar algumas mais urgentes, que são: a questão de qualidade de ensino primário e a questão da expansão do ensino pós-primário.

Os investimentos para a construção das infraestruturas, contratação dos professores e de funcionários para atuarem nas escolas não têm êxito no sentido de

atender as demandas do setor, principalmente com as novas exigências. Foram criticadas as medidas políticas tomadas para acelerar o avanço da área da educação por causa das suas condições precárias, ainda existe pouco acesso ao ensino pós-primário e não existe um acompanhamento básico para o ensino primário, onde vários estudantes, ao terminarem o ensino básico, não acham um meio ou condições necessárias para dar continuidade a seus estudos.

Entre muitas razões, que levaram à baixa qualidade do ensino em Moçambique, além das dificuldades existentes na educação, o que é assinalado pelos altos níveis de pobreza e de desnutrição das crianças, alguns problemas relacionados à educação foram destacados, tais como:

- ✓ Alto rácio entre alunos e professores na turma;
- ✓ A pouca motivação e formação pedagógica dos professores;
- ✓ Falta de manual de orientação de professor organizado e com detalhes;
- ✓ Carência de material e equipamentos didáticos;
- ✓ A falta de muitas escolas pré-primárias;
- ✓ Uma introdução tão lenta do ensino da língua materna o que ajudaria na facilidade de aprender os conteúdos escritos em língua portuguesa;
- ✓ Curto período letivo.

Para finalizar, os custos da educação direta ou indiretamente fazem surgir os efeitos no acesso e fixação das crianças nas escolas, na maioria das vezes, são os familiares que custeiam a fixação das crianças nas escolas, os custos diretos correspondem às propinas pagas para o ensino secundário, gastos nas compras de materiais escolares e indiretamente estes custos incluem refeições, uniformes escolares, entre outros.

CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), teve como objetivo principal analisar e apresentar a história da educação em Moçambique nas suas três fases principais: educação tradicional, educação colonial e educação pós-independência. Na educação tradicional os anciões educavam os jovens tradicionalmente, inserindo-os na sociedade. Por sua vez, na educação colonial, os colonizadores portugueses usavam seus

sistemas de ensino para atender as suas demandas de mão-de-obra. Por fim, a educação pós-independência se propôs educar os cidadãos com o intuito de ter uma sociedade justa e progressista, com o intuito de criar o ‘homem novo’ e revolucionário, com capacidade de transformar o país e guiá-lo rumo ao tão almejado progresso.

Acreditamos que se trata de um trabalho de extrema importância, principalmente no que diz respeito à produção de conhecimento científico e à formação de recursos humanos, pois é por meio da educação que podemos mudar uma sociedade. É um trabalho de grande relevância científica, pois a pesquisa traz uma grande contribuição com um material teórico, em especial para os acadêmicos interessados no tema.

A principal questão teórica usada neste trabalho é a educação, que engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência e ao ajustamento de um membro no seu grupo ou sociedade.

A metodologia usada durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho foi fundamentada, basicamente, na pesquisa bibliográfica.

O trabalho visa compreender o avanço do sistema educativo de Moçambique que possibilitou o desenvolvimento do país na referida área, pois é sabido que a educação teve uma grande contribuição na formação do povo moçambicano e ajudou bastante na tomada de consciência, onde a educação mereceu a prioridade para possibilitar uma revolução contra o jugo colonial.

Falando da educação em Moçambique, é muito interessante relatarmos aqui, que devido ao empenho dado pelo Estado moçambicano, o setor da educação passou a ganhar um enorme avanço, alcançando os resultados esperados. Nesta ótica, este trabalho sinaliza os avanços que a educação deu em Moçambique, fazendo com que um número considerável da população passasse a ter o acesso à educação. Por outro lado, este trabalho enfatiza a importância que a educação teve em Moçambique durante a luta da libertação do país.

A partir da análise do material coletado, durante a pesquisa, deu para perceber que a educação, independentemente do tipo de ‘pedagogia usada na transmissão do saber’, quando é usada para produzir o bem da sociedade, passa a ser uma ferramenta que possibilita a formação de um tipo de cidadão, lavagem do cérebro e a tomada de

consciência, ajudando na evolução da sociedade e sua transformação, como aconteceu em Moçambique, onde a educação teve um papel fundamental desde a época da sociedade tradicional, colonial e nos momentos atuais. Conclui-se, a partir do estudo, que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado para a educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico e educacional são maiores, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a proclamação da independência (1975), pois conseguiu baixar os altos índices de analfabetismo herdados do colonizador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Aniceto & MARTELO, David. **A guerra de libertação em Moçambique**. São Paulo. Editora: UNESP, 2009, p 320.
- ÁFRICA DO SUL. **Moçambique, a prestação efetiva de serviços públicos no setor da educação**. Rosebank: AfriMAP & Open Society Foundation, 2012.
- BASÍLIO, Guilherme. **O estado e a escola na construção da identidade política moçambicana**. 2010. 249 p. Tese (Doutorado em educação) - Pontifícia universidade católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- CAMBINDA, J. A. A. **Nação e nacionalismo em Moçambique**. 2014. 70 p. TCC (Bacharelado em Humanidades) – IHL/UNILAB, Redenção, 2014.
- GASPERINI, Lavinia. **Moçambique: educação e desenvolvimento rural**. Roma: Edizioni Lavoro/Iscos, 1989. 114 p.
- GERHART, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MACHAVA, Paulino Albino. **Educação, cultura e gestão do currículo local um estudo de caso**. 2015. 248p. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2015.
- MAZULA, Brazão. **Educação cultura, e ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Lisboa: Afrontamento, 1995.
- MOÇAMBIQUE. “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”. Mensagem do Camarada Samora Machel, Presidente da Frelimo, à 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC). In: Coleção “**Estudos e Orientações**” Nº 2 Nov. 1973.
- RODRIGUES, Orlando, Cleto. **O sistema do ensino em Moçambique: 1964-2004. 2007**. 175 p. Dissertação (Mestrado em Administração e Planificação da Educação) - Universidade Portucalense-Infante D. Henrique, Porto, 2007.
- SUBUHANA, Carlos. **ESTUDAR NO BRASIL: imigração temporário de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**. 2005. 211 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PPGSS/ESS/CFCH/UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- SUBUHANA, C. **A circuncisão como rito de passagem na problemática da cultura moçambicana: Os Casos da Cultura Yao e da Igreja Católica (enculturação)**. 2001. 116p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

TAIMO, Jamisse, Uilson. **Ensino superior em Moçambique: história, política e Gestão**. 2010. 229p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em educação, UNIMEP. Piracicaba,/SP, 2010.

UACIQUETE, Adriano Simão. **Modelo da administração da educação em Moçambique 1983-2009**. 2010. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2010.